

A Sociedade Banque PSA Finance em 2006

Em 2006, a sociedade Banque PSA Finance resgatou um lucro líquido de 194 708 155, 64 euros. O resultado do exercício é apresentado e analisado nos documentos anexos deste relatório.

Proposição de resoluções

Foi solicitada à Assembleia Geral ordinária que aprovasse as contas, anuais e consolidadas, tal como foram apresentadas e de fixar o dividendo em 14,10 euros. Este será colocado a pagamento, se a Assembleia assim o decidir em 24 de Abril de 2007.

Foi igualmente solicitado que a Assembleia Geral aprovasse o relatório especial dos Revisores Oficiais de Contas sobre as convenções regulamentadas.

O Conselho de Administração propôs à Assembleia a renovação do mandato do administrador Sr. Hervé Guyot por um período de seis anos, ou seja até 2013.

O Conselho de Administração propôs à assembleia de a renovação do mandato do administrador da sociedade Automóveis Citroën por um período de seis anos, ou seja até 2013.

O Conselho de Administração, propôs à assembleia de ratificar a admissão do Sr. Christian Streiff na qualidade de administrador em substituição do Sr. Jean-Martin Folz, demissionário.

O Conselho de Administração propôs à Assembleia de ratificar a admissão da Sra. Sylvie Rucar na qualidade de administradora em substituição do Sr. Yann Delabrière, demissionário.

Primeira resolução

Aprovação do relatório de gestão e da demonstração de resultados anuais

A Assembleia Geral, após ter tomado conhecimento da demonstração de resultados anuais, do relatório de gestão do Conselho de Administração sobre o corrente exercício, assim como do relatório geral dos Revisores Oficiais de Contas, aprovou em todas as suas disposições o relatório de gestão do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral aprovou a demonstração de resultados do exercício de 2006, que ressaltam um lucro de 194 708 155,64 de euros.

Segunda Resolução

Aprovação da demonstração de resultados consolidados

A Assembleia Geral, após ter tomado conhecimento da demonstração de resultados consolidados do grupo PSA Finance, dos comentários do Conselho de Administração assim como do relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre a demonstração de resultados consolidados, aprovou as demonstrações de resultados consolidados do exercício de 2006, tal como lhes foi apresentado.

Terceira resolução

Afectação do resultado

A Assembleia Geral constatou que o lucro distribuível constituído por um lucro do exercício de 194 708 155,64 euros, aumentou o transporte a um novo lucro do exercício precedente de 505 470 935,24 euros, elevando-se à soma de 699 179 090,88 euros.

Ela decide afectar o lucro distribuível da seguinte forma:

- às acções 156340 800,00 euros
- às reserva de centralização 6811 770,58 euros
- novamente ao transporte 536026 520,30 euros

O dividendo de 14,10 euros por acção, ilegível na totalidade no abatimento de 40% visado no artigo 158, 3-2º ao 4º do C.G.I. para os accionistas que poderão beneficiar, será posto a pagamento a 24 de Abril de 2007.

A Assembleia Geral toou nota que a título dos exercícios de 2003, 2004 e 2005 os dividendos entregues foram respectivamente de 7,42 euros, 8,62 euros e de 14,50 euros.

Quarta resolução

Aprovação do relatório especial dos Revisores oficiais de Contas sobre as convenções regulamentares

A Assembleia Geral, após ter ouvido a leitura do relatório especial dos revisores Oficiais de Contas sobre as convenções regulamentares, aprovou este relatório.

Quinta resolução

Renovação de um mandato de um administrador

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de Administração, decidiu renovar o mandato de administrador do Sr. Hervé Guyot com uma duração de seis anos que terminará na altura da Assembleia Geral chamada a estatuir em 2013 sobre a demonstração de resultados do exercício de 2012.

Sexta resolução

Renovação de um mandato de um administrador

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de Administração, decidiu renovar o mandato do administrador da sociedade Automóveis Citroën, por um período de seis anos que terminará na altura da Assembleia Geral chamada a estatuir em 2013 sobre a demonstração de resultados do exercício de 2012.

Sétima resolução

Ratificação da admissão de um administrador

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de administração, decidiu ratificar a admissão do Sr. Christian Steiff na qualidade de administrador, decidido pelo Conselho de Administração no decorrer da reunião de 6 de Fevereiro de 2007, em substituição do Sr. Jean-Martin Folz, demissionário.

Oitava resolução

Ratificação da admissão de um administrador

A Assembleia Geral, sobre a proposta do Conselho de administração, decidiu ratificar a admissão da Sra. Sylvie Rucar na qualidade de administradora, decidido pelo Conselho de Administração no decorrer da reunião de 19 de Fevereiro de 2007, em substituição do Sr. Yann Delabrière, demissionário.

Autorização financeira resultante da Assembleia Geral ordinária e extraordinária de 24 de Abril de 2006 e continuando em vigor após a Assembleia Geral ordinária de 23 de Abril de 2007.

Assembleia Geral extraordinária	De	Duração	Até	Capital Máximo	Utilização
Emissão de valores mobiliários dando acesso directamente ou indirectamente ao capital com direito preferencial de subscrição (DPS)	24 de Abril de 2006	26 meses	24 de Junho de 2008	261 280 000 euros	Nada



49


Demonstração de resultados de contas consolidadas para os exercícios de fecho de 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Em milhões de euros

Relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre a demonstração de resultados consolidados	27
Balanço Consolidado	28
Demonstração de resultados de contas consolidadas	29
Quadro de variação de capitais próprios consolidados e de juros minoritários	30
Notas de fluxo de tesouraria consolidados	31
Notas sobre os estados financeiros consolidados nos exercícios de fecho de 2005 e 2006	32

RELATÓRIO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS
FECHO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Senhoras e Senhores,

No cumprimento da missão de que fomos incumbidos pela vossa Assembleia Geral, procedemos à verificação das contas consolidadas da Banque PSA Finance, apresentadas em euros, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, conforme se encontram anexadas ao presente relatório.

As contas consolidadas foram fechadas pelo Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional sobre as mesmas, baseada na nossa auditoria.

I. OPINIÃO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas da profissão aplicadas em França, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras, a avaliação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras e a apreciação de ser adequada a sua apresentação. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Certificamos que as demonstrações financeiras consolidadas, estabelecidas em conformidade aos princípios aplicados em França de maneira geral, são regulares e sinceras e apresentam de forma verdadeira e apropriada o património, a posição financeira e o resultado do conjunto constituído pelas empresas incluídas na consolidação.

II. JUSTIFICAÇÃO DAS NOSSAS APRECIACÕES

Na aplicação das disposições do artigo L. 823-9 do Código do comércio relativas à justificação das nossas apreciações, trazemos ao vosso conhecimento os seguintes elementos:

O aprovisionamento do risco de crédito constitui um domínio de estimativa contabilística significativa em toda a actividade bancária: a vossa sociedade constitui provisões para cobrir os riscos de crédito inerentes às suas actividades (nota 2§C.6.3). No quadro da nossa apreciação destas estimativas, examinámos as mudanças mencionadas na nota 30 do anexo e mais geralmente, examinámos o dispositivo de controlo relativo ao seguimento dos riscos de crédito, à apreciação dos riscos de incobrados e à sua cobertura pelas provisões

As apreciações que apresentamos sobre estes elementos inscrevem-se no quadro do arranque da auditoria que traz sobre as contas consolidadas consideradas no seu todo e que contribuíram à formação da opinião exprimida sem reservas na primeira parte deste relatório.

III. VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA

Procedemos igualmente, à verificação das informações dadas no relatório sobre a gestão do grupo. Não temos qualquer observação a formular quanto à sua sinceridade e concordância com as contas consolidadas das informações dadas.

Neully-sur-Seine e La Défense, 06 de Fevereiro de 2007

Os Revisores Oficiais de Contas

PricewaterhouseCoopers Audit

Mazars & Guérard

Jacques Lévi

Hervé Hélias

Thierry de Baillencourt

BALANÇO CONSOLIDADO

Activo

(em milhões de euros)	31/12/2006	31.12.2005
Caixa, Bancos Centrais, CCP (nota 3)	43	10
Activos financeiros no justo valor por resultado (nota 4)	2 896	2 788
Instrumentos derivados de cobertura (nota 5)	205	161
Activos financeiros disponíveis com a venda (nota 6)	-	-
Empréstimos e créditos sobre instituições de crédito (nota 7)	578	625
Empréstimos e créditos com clientes (notas 8 e 32)	22 976	22 417
Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas (nota 9)	(97)	(19)
Activos financeiros detidos até ao vencimento	-	-
Activos de impostos correntes	29	18
Activos de impostos diferidos	25	39
Contas de regularização e activos diversos (nota 10)	382	452
Participações nas empresas coligadas	12	-
Imobilizações corpóreas (nota 11)	47	48
Imobilizações incorpóreas (nota 11)	87	78
Diferença de aquisição (nota 12)	81	81
Total do Activo	27 264	26 698

Passivo

(em milhões de euros)	31/12/2006	31.12.2005
Bancos Centrais, CCP	-	-
Passivos financeiros no justo valor por resultado (nota 13)	184	184
Instrumentos derivados de cobertura (nota 14)	179	149
Dívidas para com instituições de crédito (nota 15 e 32)	6 747	7 627
Dívidas com clientes (nota 16)	378	300
Dívidas representadas por um título (nota 17 e 32)	15 983	14 762
Diferença da reavaliação das carteiras cobertas em taxas (nota 18)	(40)	55
Passivos de impostos correntes	43	78
Passivos de impostos diferidos	320	286
Contas de regularização e passivos diversos (nota 19)	750	755
Provisões (nota 20)	63	73
Dívidas subordinadas	-	-
Capitais próprios	2 657	2 429
Capitais próprios parte do grupo	2 657	2 391
- Capital	177	177
- Prémios de emissão	332	332
- Reservas consolidadas	1 718	1 477
- Ganhos ou perdas latentes ou diferidas	30	3
- Resultado do exercício	390	402
Interesses minoritários	10	38
Total do Passivo	27 264	26 698

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Juros líquidos sobre operações com clientes	1 508	1 332
Juros e proveitos de custo amortizado (nota 24)	1 462	1 384
Variação do justo valor dos créditos cobertos em risco de taxas (nota 21)	(78)	(63)
Juros dos instrumentos financeiros de cobertura	2	(79)
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (nota 21)	82	71
Juros e encargos assimilados (nota 25)	(12)	(10)
Outros proveitos e encargos (nota 26)	52	29
Juros e proveitos líquidos de colocação	80	61
Juros e dividendos sobre títulos de colocação	70	46
Variação do justo valor dos títulos com opção justo valor	3	2
Ganhos/Perdas sobre operações das carteiras de colocação	9	13
Despesas de aquisição	(2)	-
Custo líquido do refinanciamento	(756)	(584)
Juros e proveitos sobre operações interbancárias	11	10
Juros e empréstimos junto das instituições de crédito (nota 27)	(243)	(203)
Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título (nota 28)	(525)	(400)
Encargos sobre compromissos de financiamento recebidos (nota 23)	(5)	(7)
Variação do justo valor do refinanciamento coberto em risco de taxas (nota 21)	68	41
Juros dos instrumentos financeiros de cobertura	18	25
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura (nota 21)	(68)	(40)
Variação do justo valor do refinanciamento com opção justo valor (nota 21)	-	(1)
Despesas de emissão	(12)	(9)
Ganhos e perdas líquidas sobre operações trading	(3)	(1)
Operações de taxas	(2)	(1)
Operações de câmbios	(1)	-
Margem sobre prestações de serviços	133	125
Proveitos	(157)	149
Encargos	(24)	(24)
Proveito Líquido Bancário (nota 32)	962	933
Encargos gerais de exploração (notas 29 e 32)	(304)	(288)
- Pessoal	(125)	(123)
- Outros encargos gerais de exploração	(179)	(165)
Dotações para amortizações e depreciações das imobilizações incorpóreas e corpóreas	(13)	(12)
Ganhos e perdas sobre activos imobilizados	-	(1)
Resultado bruto de exploração	645	632
Custos do risco (notas 30 e 32)	(41)	(25)
Resultado de exploração (notas 32)	604	607
Quota-parte do resultado líquido das empresas equiparadas	-	-
Variação do valor das diferenças de aquisição	-	-
Efeito da actualização sobre compromissos sociais	(3)	(2)
Rendimento esperado dos fundos sobre compromissos sociais	2	1
Outros elementos fora da exploração	-	2
Resultado antes do imposto	603	608
Imposto sobre os lucros (nota 31)	(209)	(203)
Resultado líquido	394	405
- Dos quais interesses minoritários	4	3
- Dos quais parte do grupo	390	402
Resultado por acção (em euros)	35.2	36.2

QUADRO DE VARIAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS E DOS JUROS MINORITÁRIOS

	Capital de reservas associadas diferidas			Reservas consolidadas				Ganhos/perdas latentes e diferidos			
	Capital	Reservas associadas ao capital (1)	Eliminação de títulos	Reservas	Ligadas às diferenças de conversão	Associadas a reavaliação	Variação dos valores dos instrumentos financeiros	Resultado líquido parte do grupo	Capitais próprios parte do grupo	Capitais próprios parte das minorias	Total capitais próprios consolidados
(em milhões de euros)											
Situação líquida em 31 Dezembro 2004	177	332-		1 232	-	-	-	326	2 067	39	2 106
Afectação do resultado do exercício precedente				230				(326)	(96)	(5)	(101)
Resultado antes da afectação				-				402	402	3	405
Ganhos ou perdas latentes ou diferenciadas (3)				-			5		5	-	5
Imposto diferido sobre os ganhos ou perdas latentes ou diferidas				-			(2)		(2)	-	(2)
Diferença de conversão				15					15	1	16
Resultado global do exercício (*)											424
Situação líquida em 31 Dezembro 2005	177	332-		1 477			3	402	2 391	38	2 429
Afectação do resultado do exercício precedente				241				(402)	(161)	(6)	(167)
Diminuição do capital(4)										(26)	(26)
Resultado antes da afectação				-				390	390	4	394
Ganhos ou perdas latentes ou diferenciadas(3)				-	-	-	41		41	-	41
Imposto diferido sobre os ganhos ou perdas latentes ou diferidas				-	-	-	(14)		(14)	-	(14)
Diferença de conversão				-					-	-	-
Resultado global do exercício(*)											421
Situação líquida em 31 Dezembro 2006	177	332-		1 718			30	390	2 647	10	2 657

(*) O resultado global reagrupo todas as variações dos capitais próprios resultantes das transacções com terceiros não accionistas.

O capital social de 177 milhões de euros, integralmente liberado, é composto por 11 088 000 acções emitidas. Não houve movimento sobre o exercício.

- (1) Compreende os prémios de emissão e a reserva legal da sociedade mãe.
- (2) Compreende nomeadamente as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados utilizados na cobertura dos fluxos de tesouraria.
- (3) O valor intrínseco das swaptions vencidas sobre a duração da swap externa colocada na cobertura do crédito (no quadro da cobertura do justo valor). A parte de resultados constatada sobre o exercício é um produto de + 9,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (cf. Quadro no parágrafo 21.2 da nota 21).
- (4) Diminuição do capital de 36 milhões de libras (52 milhões de euros) da filial PSA Finance, detida a 50%.

Os fundos próprios consolidados estabelecidos no regulamento nº 90-02 do Comité de Regulamentação Bancária e Financeira são calculados da seguinte forma:

(em milhões de euros)	Normas francesas		
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2004
Fundos próprios de base			
Capitais próprios consolidados	2 657	2 429	2 126
Mais valias latentes sobre coberturas de fluxo de tesouraria	(30)	(3)	-
Distribuição previsional Grupo PSA PEUGEOT CITROËN	(156)	(161)	(96)
Distribuição previsional minoritária	-	(3)	(5)
Imobilizações incorpóreas	(57)	(50)	(40)
Diferença de aquisição	(81)	(81)	(76)
Outros fundos próprios de base de acordo com a Comissão Bancária (1)	1	1	-
Total de fundos próprios de base	2 334	2 132	1 909
Fundos próprios complementares			
Dívidas subordinadas	-	-	150
Participações não consolidadas nos estabelecimentos de crédito	(13)	-	(1)
Garantias acordadas dos FCC	-	(69)	(64)
Total dos fundos próprios complementares	(13)	(69)	85
Fundos próprios regulamentares	2 321	2 063	1 994

(1) De acordo com a instrução 2006-01 de 27 Janeiro de 2006, os fundos próprios são corrigidos em função ao efeito do "risco de crédito próprio" ligado à dívida com opção do justo valor. Em 31 de Dezembro de 2006, o impacto acumulado da variação do spread emissor desta dívida corresponde a uma menos valia latente, líquida de imposto, de 0,7 milhões de euros (0,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005), que deverá ser neutralizado nos fundos próprios.

QUADRO DOS FLUXOS DE TESOURARIA CONSOLIDADOS

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Lucros líquidos do Banque PSA Finance	390	402
Juros minoritários incluídos nos resultados das filiais consolidadas	4	3
Variação de outras provisões e amortizações	3	11
Variação dos impostos diferidos	31	26
Margem bruta de auto-financiamento	428	442
Entradas e saídas de caixa associados a:		
- créditos sobre estabelecimentos de crédito	-	4
- dívidas relativas aos estabelecimentos de crédito	(896)	499
Variação dos créditos sobre clientes	(468)	(1 029)
Entradas e saídas de caixa associados a:		
- dívidas relativas aos clientes	75	(74)
- activos financeiros no justo valor por resultado	(109)	133
- passivos financeiros no justo valor por resultado	-	(35)
- instrumentos derivados de cobertura	(8)	(62)
- dívidas representadas por um título(1)	1 129	468
Variação de outros activos de exploração	(15)	(20)
Variação de outros passivos de exploração(1)	77	64
Total do fluxo líquido da tesouraria geral por actividade operacional	213	390
Saídas de caixa associadas às aquisições de filiais	(13)	(1)
Saídas de caixa associadas às aquisições de imobilizações	(28)	(32)
Xxx associadas às cessões de imobilizações	7	8
Efeito das variações do perímetro	-	1
Total do fluxo líquido da tesouraria associada às operações de investimento	(34)	(24)
Dividendos entregues ao grupo PSA PEUGEOT CITROEN	(161)	(96)
Dividendos entregues aos minoritários	(5)	(5)
Diminuição de capital	(26)	-
Saídas de caixa associadas ao reembolso da dívida subordinada	-	(150)
Total do fluxo líquido da tesouraria associada às operações financeiras	(192)	(251)
Efeitos das variações de câmbio	(2)	(1)
Variação da tesouraria	(15)	114
Tesouraria no começo do exercício	635	521
Caixa, bancos centrais CCP	10	21
Contas correntes e empréstimos diários	625	440
Valores a receber	-	60
Tesouraria no final do exercício	620	635
Caixa, bancos centrais CCP	43	10
Contas correntes e empréstimos diários	577	625

- (1) Em relação às contas IFRS publicadas em 31 de Dezembro de 2005, os saldos a apresentar no EMTN classificadas em "Variação de outros passivos de exploração" num montante de 13 milhões de euros no começo do período de 2005 e de 11 milhões de euros no fim do período: são no entanto classificadas em "Dívidas representadas por um título" num montante – 2 milhões de euros (notas 17 e 19).

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

Para o fecho dos exercícios de 2006 e 2005

CS

TI
CS

Nota 1 – Estrutura do grupo

Em Dezembro de 2004, o Banco PSA Finance criou uma filial no México, detida a 80 % pela PSA Finance Nederland B.V. e a 20 % pelo Banco PSA Finance. Esta sociedade foi consolidada por integração global desde 30 de Setembro de 2005.

Em Abril de 2005, o Banque PSA Finance criou uma nova sucursal na Polónia, que financia os concessionários polacos das duas marcas e distribui os créditos aos clientes finais.

A 29 de Setembro de 2005, a filial alemã PSA Finance Deutschland GmbH foi absorvida pelo Banque PSA Finance e foi transformada em sucursal.

A 25 de Abril de 2006, a Crédipar procedeu ao resgate antecipado dos créditos cedidos em 2001 ao compartimento 2001-1 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS, com crédito inferior a 100 milhões de euros. Em consequência foi procedida a liquidação antecipada deste compartimento. Tendo sido consolidado o fundo comum de créditos, esta operação é neutra em relação às contas consolidadas do Banco PSA Finance.

Em Julho de 2006, a Crédipar cedeu ao Compartimento 2001-1 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS, créditos num montante de 1,372 milhões de euros correspondentes a futuros alugueres, e à TVA aferente, contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira.

O compartimento emitiu obrigações prioritárias (1 118 milhões de euros), obrigações subordinadas (132 milhões) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros) que a esta última permitem conservar o essencial dos resultados operacionais ligados aos créditos, após remunerações das obrigações prioritárias e subordinadas. Esta entidade foi em consequência consolidada pela integração global desde 31 de Julho de 2006.

Em Outubro de 2005, o acordo entre o Bank of China e o Banco PSA Finance foi concretizado pela criação da sociedade Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Limited (DPCAFC), detida a 50% pelo Bank of China, 25% pela PSA Finance Nederland B.V., filial holandesa do Banco PSA Finance, e 25% por Dongfeng Peugeot Citroën Auto Finance Company Limited (DPCA). A DPCAFC desenvolveu na China o financiamento dos clientes Peugeot e Citroën e concessões resultantes das duas marcas. DPCAFC obteve o acordo das autoridades bancárias chinesas em Junho de 2006 e iniciou a sua actividade em Julho de 2006. Foi consolidada em equivalência desde 30 de Setembro de 2006.

Desde Dezembro de 2006, uma nova filial na Turquia, denominada BFP Finance, desenvolve uma actividade de marketing de produtos de financiamento e de serviços associados, em parceria com uma banca turca. A actividade desta sociedade não sendo significativa no fecho do exercício, não foi consolidada em 31 de Dezembro de 2006.

A 19 de Dezembro de 2006, foi criada a sociedade PSA Finance S.C.S. no Luxemburgo, detida a 100% pelo Banco PSA Finance e consolidada por integração global.

B. Lista das sociedades consolidadas

Sociedades	Países	Participação directa		Participação indirecta da Banque PSA Finance		% juros	
		%	%	Detido por	31/12/2006	31/12/2005	
Sucursais							
Sucursal no Reino Unido	Reino Unido	-	-	-	-	-	-
Sucursal em Espanha	Espanha	-	-	-	-	-	-
Sucursal em Portugal	Portugal	-	-	-	-	-	-
Sucursal em Itália	Itália	-	-	-	-	-	-
Sucursal na Polónia	Polónia	-	-	-	-	-	-
Sucursal na Alemanha	Alemanha	-	-	-	-	-	-
Sociedades consolidadas por integração global							
Financiamento de vendas em França							
Sofira	França	98	-			98	98
Crédipar	França	100	-			100	100
Locadin	França	-	100	Crédipar		100	100
CLV	França	-	100	Crédipar		100	100
Dicoma	França	-	99,98	Crédipar		99,98	99,97
Financiamento das vendas no estrangeiro							
PSA Wholesale Ltd	Reino Unido	100	-			100	100
PSA Finance Plc	Reino Unido	-	50	PSA Wloesale Ltd		50	50
PSA Finance Nederland B.V.	Holanda	-	100	PSA Finance Holding B.V.		100	100
PSA Finance Belux	Bélgica	6,51	93,49	PSA Finance Holding B.V.		100	100
PSA Gestão Comércio e Aluguer de Veiculos	Portugal	97	1	PSA Finance Holding B.V.		98	98
PSA Finance Suisse S.A.	Suiça	82,35	17,65	PSA Finance Holding B.V.		100	100
PSA Finance Áustria Bank AG	Áustria	100	-			100	100
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Brasil	100	-			100	100
PSA Arrendamento Mercantil S.A.	Brasil	100	-			100	100
PSA Finance Argentina Companhia Financeira S.A.	Argentina	50	-			50	50
PSA Finance Polska Sp.zo.o.	Polónia	100	-			100	100
PSA Finance Ceska Republika S.r.o.	República Checa	0,05	99,95	PSA Finance Holding B.V.		100	100
PSA Finance Hungaria R.T.	Hungria	2,50	97,50	PSA Finance Holding B.V.		100	100
PSA Finance Slovakia	Slovaquia	0,16	99,84	PSA Finance Holding B.V.		100	100
Banque PSA Finance México SA DE CV OFOL	México	20	80	PSA Finance Holding B.V.		100	100
Outras Sociedades							
Sofib	França	100	-			100	100
SNDA	França	100	-			100	100
GIE Foncier Crédipar	França	-	-			100	100
Vernon Wholesale Investment Company Ltd	Reino Unido	-	100	PSA Wloesale Ltd		100	100
Peugeot Commercial Paper GmbH	Alemanha	100	-			100	100
PSA Finance Holding B.V.	Holanda	100	-			100	100
Peugeot Finance International N.V.	Holanda	100	-			100	100
PSA Factor Itália S.p.A	Itália	-	94,54	Sucursal em Itália		94,54	94,54
Arche Investment Limited	Reino Unido	100	-			100	100
PSA Finance S.C.S.	Luxemburgo	100	-			100	-
Entituladas ad hoc							
FCC Auto ABS-Compartiment 2001-1	France	-	-			-	100
FCC Auto ABS-Compartiment 2002-1	France	-	-			100	100
FCC Auto ABS-Compartiment 2004-1	France	-	-			100	100
FCC Auto ABS-Compartiment 2006-1	France	-	-			100	-
Sociedades equiparadas							
Dongfeng Peugeot Citroen Auto		-	25	PSA Finance Holding		25	-

Nota 2 – Princípios contabilísticos

As demonstrações consolidadas anuais de 2005 e 2006 de acordo com o referencial IFRS (International Financial Reporting Standards). O referencial IFRS abrange os nomes as normas IFRS, as normas IAS International Accounting Standard), bem como as suas interpretações IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) em vigor em 31 de Dezembro de 2006.

Novas normas contabilísticas de aplicação obrigatórias em 2006

Todas as novas normas, interpretações ou emendas publicadas pela IASB e aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2006 foram aplicadas, sem efeito significativo sobre os estados financeiros do grupo PSA Finance:

- IAS 19 – Vantagens do pessoal: a norma foi revista a título de diferenças actuariais, dos regimes multi empregadores e de informações a fornecer. O grupo não optou em 31 de Dezembro de 2006 por um reconhecimento das diferenças actuariais em relação às vantagens posteriores ao emprego de capitais próprios e as informações requisitadas novamente estavam já apresentadas nos anexos de 31 de Dezembro de 2005.
- As outras normas e interpretações adoptadas pela União Europeia e obrigatórias em 2006 não são nesta altura aplicáveis ao grupo Banque PSA Finance.

Norma contabilística de aplicação obrigatória em 2006, sobre a qual o grupo exerceu uma opção antecipada em 2005

O grupo PSA Finance optou desde o exercício de 2005 pela aplicação antecipada da norma IAS 39 revisada – instrumentos financeiros: contabilização e avaliação, a título de opção para uma contabilização no justo valor sobre certas dívidas.

Normas contabilísticas de aplicação obrigatória posterior a 2006

O Banque PSA Finance não optou por uma aplicação antecipada destas normas. Os seus impactos actualmente previsíveis sobre os estados financeiros do grupo serão os seguintes:

- IFRS 7 – Instrumentos financeiros, informações a fornecer: sem antcipar integralmente as novas obrigações impostas pela IFRS 7, o grupo concede em 31 de Dezembro de 2006 um grande número de informações requisitadas (nota anexa sobre os instrumentos financeiros a termo, informação sobre os efeitos em resultados ou em capitais próprios, gestão de risco).
- IAS 1 – Emenda da norma sobre as informações a fornecer sobre o capital: a maior parte das informações requisitadas são hoje mencionadas no relatório de actividades.

Os estados de síntese são estabelecidos segundo o formato preconizado pelo Conseil National de la Comptabilité na informação 2005-07 de 21 de Junho de 2005. Compreendem as demonstrações do exercício de 2006, comparadas às do exercício de 2005.

As demonstrações consolidadas reagrupam as demonstrações do grupo Banque PSA Finance e das sociedades francesas e estrangeiras que compõem o grupo Banque PSA Finance, segundo os princípios de consolidação expostos em "Métodos de consolidação" no parágrafo A.

As demonstrações financeiras individuais sociais do Banco PSA Finance e das suas filiais e sucursais são estabelecidas com as regras de contabilidade em vigor nos países respectivos de actividade e são, por motivos de homogeneidade, processadas antes de serem consolidadas.

Os princípios contabilísticos utilizados são descritos nos parágrafos B e F.

O termo "sociedades associadas" significa todas as sociedades presentes no perimetro de consolidação do grupo PSA PEUGEOT CITROËN e integradas globalmente.

As demonstrações consolidadas anuais do grupo Banque PSA Finance assim como as notas anexas e aferentes foram fechadas pelo Conseil d'Administration de 6 de Fevereiro de 2007.

A. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO**Métodos de consolidação**

As empresas participantes das quais o Banque PSA Finance exerce directamente ou indirectamente um controlo maioritário são globalmente integradas: mesmo para todas as entidades nas quais o grupo dispõe directa ou indirectamente da maioria dos riscos e das vantagens provenientes da sua actividade.

As demonstrações recíprocas assim como os ganhos resultantes das cessações entre as sociedades do grupo e tendo uma incidência significativa ao nível dos resultados consolidados foram eliminados.

As empresas nas quais o Banque PSA Finance detém directamente ou indirectamente uma participação entre 20 e 50% do capital e exerce uma influência notável, são equiparadas.

Os títulos das sociedades, apesar de responderem aos critérios expostos, não são consolidados, são inscritos em activos disponíveis à venda (parágrafo C4) A consolidação dessas sociedades não teria qualquer influência relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo

Conversão dos valores em moeda estrangeira

No fecho do exercício, os balanços das sociedades estrangeiras são convertidos nos câmbios do dia do fecho das contas. Os valores das demonstrações de resultados das sociedades estrangeiras são convertidos, mês a mês, com base no câmbio médio de cada mês.

As perdas ou ganhos resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades estrangeiras são registados directamente na reserva de conversão incluída nos capitais próprios consolidados.

Operação em divisas

A contabilização e a avaliação das operações em divisas são definidas pela norma IAS 21 – Efeitos das variações da circulação das moedas estrangeiras. Por um lado na aplicação desta norma, e por outro na regulamentação que se impõe aos bancos franceses, as operações formuladas em moeda estrangeira são contabilizadas na sua divisa de origem. A cada fecho contabilístico, os elementos do balanço em divisas estrangeiras são reavaliados no justo valor no decorrer do fecho. As diferenças de reavaliação correspondentes são registadas na demonstração de resultados, na alínea “Operações de câmbio”.

As operações em divisas são sistematicamente cobertas pela colocação de instrumentos derivados de cobertura de câmbio, contabilizados no balanço no seu justo valor a cada fim de exercício. O impacto no resultado, que compensa o das operações precedentemente descritas, encontra-se na alínea “Operações de câmbio”. Em consequência, o resultado de câmbio é estruturalmente não significativo.

Utilização de estimativas e hipóteses

A preparação dos estados financeiros de acordo com os princípios contabilísticos IAS / IFRS, requerem por parte da Direcção, considerar as estimativas e as hipóteses para a determinação dos montantes contabilizados de certos activos, passivos, proveitos e encargos bem como certas informações nas notas anexas nos activos e passivos eventuais.

As estimativas e hipóteses retidas são as que a Direcção considera como sendo as mais pertinentes e realizáveis, considerando a abrangência do grupo e do retorno de experiências disponíveis.

Considerando o carácter incerto inerente a estes meios de avaliação, os montantes reais definitivos podem ter avaliações diferentes das estimadas precedentemente.

Para limitar estas incertezas, as estimativas e hipóteses são assunto de revisões periódicas; as modificações apresentadas são imediatamente contabilizadas.

A utilização de estimativas e hipóteses revela uma importância particular sobre os seguintes temas:

- justo valor dos activos e passivos ao justo valor do resultado,
- justo valor dos instrumentos derivados de cobertura,
- valor recobrável dos empréstimos e créditos aos clientes,
- diferenças de reavaliação das carteiras cobertas em taxas,
- activos de impostos diferenciados,
- valor de utilidade dos activos incorpóreos e corpóreos bem como a sua duração de utilização,
- provisões,
- compromissos de ajustamentos.

Principais ajustamentos efectuados nas contas consolidadas

Avaliação e contabilização dos derivados, contabilização de cobertura IAS 39

Nas contas sociais, os princípios de contabilização do justo valor requeridos pela norma IAS 39 “Instrumentos financeiros: contabilização e avaliação” não são reconhecidos. A contabilização do justo valor dos instrumentos derivados, dos activos ou de certos passivos financeiros do justo valor por resultado, bem como a tradução contabilística do método de cobertura previsto pela norma IAS 39, necessita efectuar ajustamentos nas cotas consolidadas, dos quais os princípios são detalhados no parágrafo C “Activos e passivos financeiros”.

Imposição diferida

Alguns ajustamentos realizados nas contas sociais para as harmonizar com os princípios contabilísticos adoptados na consolidação, assim como alguns deferimentos de impostos existentes nas contas sociais, podem originar diferenças temporárias entre a base tributável fiscalmente e o resultado reprocessado. De acordo com a norma IAS 12 "Impostos sobre os resultados", essas diferenças resultam na verificação de impostos diferidos nas contas consolidadas e são determinadas pelo método do diferimento variável. Sem prejuízo das perspectivas efectivas de utilização, os défices fiscais resultam na constatação de um activo de impostos diferidos sobre défices.

Não foi prevista distribuição dando lugar a um imposto não recuperável, portanto nenhum imposto diferenciado não consta deste título.

B. IMOBILIZAÇÕES

B.1 Imobilizações corpóreas

De acordo com a norma IAS 16 "imobilizações corpóreas", As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo custo da aquisição. As imobilizações corpóreas, com excepção de terrenos, foram amortizadas pelo método linear de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

Construções	20 a 30 anos
Veículos alugados	4 anos
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10 anos

A amortização é calculada sob dedução no caso do vencimento de um valor residual. Salvo casos particulares, os valores residuais são nulos.

A duração de vida económica destes activos é revista e é objecto de um ajustamento se necessário, a cada data de paragem contabilística.

B.2 Imobilizações incorpóreas

De acordo com a norma IAS 38 "imobilizações incorpóreas", os custos de desenvolvimento das ferramentas informáticas de uso interno, para a parte relativa aos custos internos ou externos associados directamente à criação ou da melhoria das actuações são transportados para o activo do balanço já que é provável que estas despesas gerem vantagens económicas futuras. Estes custos são amortizados linearmente com a duração de utilização das ferramentas com um máximo de doze anos. Os outros custos de aquisição e de desenvolvimento são imediatamente inscritos em encargos.

Diferenças de aquisição

As diferenças de aquisição representam a diferença entre o preço de aquisição, aumento dos custos anexos, de títulos de sociedades consolidadas e da parte do grupo no justo valor dos seus activos líquidos à data da tomada de participação. Até 31 de Dezembro de 2003, eram amortizados segundo o método linear sobre uma duração de 20 anos.

A contar do 1º de Janeiro de 2004, de acordo com a norma IFRS 3 "Reagrupamento de sociedades", as diferenças de aquisição não são amortizadas. O valor das diferenças de aquisição é examinado pelo menos uma vez por ano, bem como o aparecimento de todo o indicio revelador da perda de valor (parágrafo B.4).

Diferença de aquisição da Crédipar

No âmbito da aquisição em 1998 pelo Banque PSA Finance dos 50% do capital da Crédipar S.A., detidos pela Sovac S.C.A., foi efectuada a determinação do justo valor do grupo Crédipar. Após os últimos ajustes efectuados em 1999 de acordo com a regulamentação, a diferença de aquisição inicial chega a 100 milhões de euros. É objecto de amortizações praticadas até 31 de Dezembro de 2003, esta diferença de aquisição eleva-se no 1º de Janeiro de 2004 a 75 milhões de euros.

Diferença da aquisição da Sofib

A Sofib foi comprada à PSA PEUGEOT CITROËN no 1º de Abril de 1999. A diferença de aquisição passou a 7,6 milhões de euros. É objecto das amortizações praticadas até 31 de Dezembro de 2003, esta diferença de aquisição eleva-se no 1º de Janeiro de 2004 a 6 milhões de euros.

Apreciação dos elementos do activo imobilizado

Segundo a norma IAS 36 "Apreciação dos activos" o valor da utilização das imobilizações corpóreas e incorpóreas é testado desde o aparecimento de indícios de perdas de valor, passados em revista a cada fecho. Este teste é efectuado no mínimo uma vez por ano para os activos de duração de vida indefinida, categoria limitada no caso do grupo das diferenças de aquisição.

Para este teste, as imobilizações são reagrupadas em Unidades Gerais de tesouraria (UGT). As UGT são conjuntos homogêneos de activos dos quais a utilização continua geral das entradas de tesouraria, largamente independentes das entradas de tesouraria geral para outros grupos de activos. O valor da utilidade destas unidades é determinado pela referência aos fluxos líquidos de tesouraria actualizados. Desde que este seja inferior ao valor líquido contabilístico da UGT, uma perda de valor é registada pela diferença e imputada em prioridade sobre as diferenças de aquisição.

No Banco PSA Finance, os activos imobilizados explorados num país considerado constituem um conjunto homogêneo do activo (UGT)

C. Activos e passivos financeiros

A avaliação e a contabilização dos activos e passivos financeiros são definidos pela norma IAS 39. Esta norma foi adoptada por partes pela Comissão Europeia em 19 de Novembro de 2004, sabendo que o regulamento CE 1864/2005 publicado a 16 de Novembro de 2005 permite adoptar para a contabilização o justo valor de certas dívidas, com uma aplicação retroactiva no 1º de Janeiro de 2005 bem como às demonstrações financeiras comparativas de 204. a opção é tomada pontualmente pelo Banque PSA Finance (parágrafo C.3)

O grupo Banque PSA Finance não está preocupado com as disposições da norma IAS 39 rejeitadas na sua forma actual pela Comissão Europeia, no que se refere à aplicação da contabilidade de cobertura de contas correntes de depósitos à vista da clientela junto dos bancos de depósitos.

C.1 Instrumentos derivados – método de cobertura

C.1.1 princípios de registo das derivadas e coberturas

Todos os instrumentos derivados são registados no balanço no seu justo valor. Salvo a excepção relativa à cobertura, a variação do justo valor dos instrumentos derivados é registados em contrapartida da conta de resultados.

Os instrumentos derivados podem ser designados como instrumentos de cobertura na sua relação de justo valor ou de fluxos futuros de tesouraria:

- uma cobertura de justo valor permite cobrir o risco de variação de valor de todo elemento do activo ou do passivo do resultado da evolução das taxas ou do câmbio;
- uma cobertura de fluxo futuro de tesouraria permite cobrir as variações de valor dos fluxos futuros de tesouraria ligados aos activos ou aos passivos existentes ou futuros.

A contabilidade de cobertura é aplicável nas condições restritas seguintes:

- a relação de cobertura é claramente definida e documentada à data da sua colocação;
- a eficácia da relação de cobertura é demonstrada desde a sua origem;
- a eficácia da relação de cobertura é demonstrada igualmente à posteriori, a cada data de fecho contabilístico.

A aplicação da contabilidade de cobertura tem por consequência:

- no quadro de uma estratégia de cobertura de justo valor, a parte coberta dos elementos dos activos ou dos passivos é corrigida à concorrência do seu justo valor em contrapartida da demonstração de resultados ou é neutralizada pela parte eficaz da cobertura das variações simétricas do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura. Nas demonstrações financeiras, estas correcções de valor dos activos e passivos financeiros cobertos são posicionados nos pontos "Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas", respectivamente ao activo para as dívidas de créditos cobertas, ou ao passivo das dívidas cobertas.
- Para as coberturas de fluxos futuros de tesouraria, a parte eficaz da variação do justo valor do instrumento de cobertura é registado directamente em contrapartida da situação líquida. Os montantes registados em situação líquida são posteriormente retomados na demonstração de resultados simetricamente na forma de contabilização em resultados dos elementos cobertos.

A parte ineficaz da variação do valor dos instrumentos de cobertura, seja qual for a estratégia, é sistematicamente registada na demonstração de resultados.

C.1.2 Apresentação das derivadas nas demonstrações de resultados

No balanço:

- O justo valor das derivadas é representada no seu montante líquido dos juros correntes não vencidos;
- O justo valor positivo das derivadas utilizadas com fins de cobertura é apresentado no activo no ponto "Instrumentos derivados de cobertura", o mesmo ponto no passivo regista o justo valor negativo das derivadas de cobertura;
- As derivadas não utilizadas com fins de cobertura são apresentadas nos pontos "Activos financeiros no justo valor por resultado" em caso de valor positivo; em caso de justo valor negativo, são apresentadas em "Passivos financeiros no justo valor por resultado".

Na demonstração de resultados:

- o efeito do resultado das variações de valores das derivadas de cobertura, utilizadas em estratégia de cobertura do justo valor, é apresentada na mesma categoria dos elementos cobertos;
- a parte ineficaz das variações do justo valor das derivadas de cobertura de fluxos futuros de tesouraria é igualmente registada no ponto "variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura";
- o efeito em resultado das variações do valor das derivadas não utilizadas com fins de cobertura, está posicionada em "Trading", com excepção:
 - das derivadas utilizadas em cobertura económica de colocações de tesouraria, dos quais a variação do valor é registado no ponto "variação do justo valor dos títulos com opção do justo valor";
 - das derivadas utilizadas em cobertura económica de certas dívidas contabilizadas em justo valor por resultado, da qual a variação do valor é registado no ponto "Variação do justo valor do refinanciamento com opção do justo valor".

C.2 Activos financeiros do justo valor por resultado

A liquidez do Banque PSA Finance, que é colocada em parte sob a forma de títulos de lucro fixo, são objecto de uma cobertura de swaps de taxas. Com uma preocupação de simplificar, são avaliadas segundo a opção do justo valor: as variações do justo valor dos títulos são contabilizadas em resultados e compensadas pelas variações do justo valor das swaps cobrindo economicamente esses títulos. Uma parte da liquidez é igualmente constituída por partes de OPCVM: não são consolidadas ao olhar dos critérios de controlo ou de detenção da maioria dos riscos e vantagens (IAS 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e contabilização das participações nas filiais" ou SIC 12 "Consolidação – das entidades ad hoc).

São igualmente registados em "Activos financeiros no justo valor por resultado", os valores positivos dos outros instrumentos derivados não utilizados com fins de cobertura ao abrigo da norma IAS 39.

C.3 Passivos financeiros no justo valor por resultado

Este ponto integra as dívidas financeiras tendo feito como objecto de uma opção para uma contabilização no justo valor por resultado. Esta opção é exercida marginalmente com o objectivo de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras e permitindo de tornar sistemáticas as variações de valor das derivadas cobrindo economicamente o risco de taxas destas dívidas, e a variação de valor destas mesmas dívidas. As variações de valor destas dívidas integram então estas do spread emissor do Banque PSA Finance.

Os passivos financeiros do justo valor por resultado registado igualmente nos valores negativos das derivadas não utilizadas tem fins de cobertura ao abrigo da norma IAS 39, o que neste caso nomeadamente das swaps de taxas cobrindo economicamente os activos ou os passivos financeiros no justo valor por resultado.

C.4 Activos disponíveis à venda

Os activos disponíveis à venda compreendem essencialmente os títulos de participação nas sociedades ainda não consolidadas. São mantidas no balanço ao seu custo de aquisição que o grupo estima representar o seu justo valor.

C.5 Activos detidos até ao vencimento

São exclusivamente títulos de lucros fixos adquiridos com a intenção de os conservar em princípio até ao seu vencimento. São contabilizados ao custo amortizado correspondente ao seu valor de reembolso, corrigidas as variações ou prémios que aparecem em resultado sobre a duração da detenção dos títulos.

C.6 Empréstimos e crédito sobre o cliente

As contas correntes de crédito ao cliente são repartidos por tipo de financiamento:

- os financiamentos ao retalho que reagrupam as naturezas do crédito seguintes tais como definidas pela regulamentação bancária francesa: "Venda a crédito", "Aluguer com opção de compra" e "Aluguer de longa duração". Como afirmado no parágrafo C.6.1, estas duas últimas naturezas de crédito são apresentadas como contas correntes de crédito.

- os financiamentos de rede que correspondem aos financiamentos de stocks de veículos ou de peças de recarga nas próprias redes ou independentes das marcas Peugeot e Citroën, tais como definidas pela regulamentação bancária francesa.

- os outros créditos e contas correntes ao cliente.

As contas correntes de crédito figuram no balanço correspondente ao compromisso financeiro líquido do Banque PSA Finance. Assim, o capital restante entregue dos créditos sobre o cliente, aumento das dívidas associadas e fora do efeito da aplicação da contabilidade de cobertura (parágrafo C.6.2), integra igualmente:

- as comissões entregues aos prescritores bem como as mudanças administrativas directas ou externas contratadas para por em ordem os créditos, que aumentam as contas correntes de crédito;

- as participações recebidas das marcas bem como as despesas de dossiers, que vêm minorar as contas correntes de crédito.

- os depósitos de garantia recebidos fora da colocação de contratos de locação financeira, que vêm minorar as contas correntes de crédito.

Os proveitos dos juros contabilizados correspondem ao rendimento actual retirado dos fluxos de tesouraria a recobrar, avaliados às taxas de juros efectivas (TIE).

C.6.1 Locação financeira e aluguer de longa duração

De acordo com as normas IAS 17 "Contratos de aluguer" e 39, os veículos alugados à clientela são na maioria contabilizados como créditos, já que o Banque PSA Finance não detém os riscos e vantagens ligadas à propriedade do veículo. Os alugueres e amortizações relativos a estas imobilizações são assim retratados a fim de apresentar o conjunto destas operações como contas correntes de crédito.

C.6.2 Cobertura do risco de taxas das contas correntes de crédito

As contas de crédito são maioritariamente objecto de coberturas que os imunizam contra o risco de taxas. A aplicação da contabilidade de cobertura neste quadro de uma estratégia de cobertura do justo valor, leva à correcção do valor da parte coberta das contas correntes, em contrapartida do resultado (parágrafo C.1:1 "Princípios de registo de cobertura").

C-6.3 Apreciações sobre as contas correntes de crédito

As apreciações das contas correntes de crédito vêm corrigir o valor no balanço, desde que apareça um indício revelador do risco (loss event).

As apreciações são isoladas nos pontos específicos.

Depreciações das contas correntes de financiamento "Retalho":

- Depreciações desde o primeiro dia de um incobrado:

A existência de um incobrado constitui um "loss event" que se traduz pela depreciação, desde o primeiro dia do incobrado, da totalidade das contas correntes restantes entregues, em função da probabilidade de passagem a créditos duvidosos e de taxas de perdas médias actualizadas.

- Depreciações dos créditos duvidosos.

O Banque PSA Finance constituiu uma base de dados históricos, que integram as coordenadas relativas à cobrança efectiva dos créditos duvidosos (créditos com incobrados com mais de 90 dias). Esta base permite apreciar a taxa de perdas médias actualizadas de taxas de juro efectivo do crédito, na base da qual são calculadas as depreciações minorando os créditos duvidosos.

Depreciações das contas correntes de financiamento "Redes"

Em caso de risco verificado, as depreciações dos créditos duvidosos são calculados caso a caso.

Desde que um crédito seja considerado como irrecuperável, passa a perdas nas contas sociais. A depreciação anteriormente contabilizada é retomada em resultado e todo o montante cobrado posteriormente é creditado em "Custo do risco" na demonstração de resultados.

C.7 Dívidas financeiras

A contabilização inicial das dívidas financeiras traduz a fonte financeira líquida. Assim, outras das principais dívidas contraídas, acrescidas dos juros correntes, são aí integrados:

- as despesas de emissão, de corretagem ou de subida.

- as diferentes formas de prémios de emissão ou de reembolso.

Os encargos dos juros contabilizados correspondem ao custo actual retirado dos fluxos de tesouraria a reembolsar, avaliadas às taxas de juros efectivas (TIE)

63

63

C.7.1 Cobertura do risco de taxas de dívidas financeiras

As dívidas financeiras cobertas pelas swaps de taxas de juro são o objecto de uma contabilidade de cobertura do justo valor. O valor destas dívidas é corrigido da variação de valor da parte coberta, em contrapartida da demonstração de resultados, neutralizando assim as variações do justo valor dos instrumentos de cobertura, na medida da sua eficácia (parágrafo C.1.1 "Princípios de registo de coberturas")

C.7.2 Dívidas representadas por um título

As dívidas representadas por um título reagrupam os vales de caixa, os empréstimos obrigacionistas, os títulos do mercado interbancário e os títulos de créditos negociáveis, com exclusão dos títulos subordinados classificados entre as dívidas subordinadas.

D. Provisões

De acordo com a norma IAS 37 – Provisões, passivos eventuais e activos eventuais, uma provisão é contabilizada desde que o grupo tenha uma obrigação ao fecho em relação a um terceiro e que seja provável ou certo que provocará uma saída de recursos ou lucros de terceiros, sem contrapartida pelo menos equivalente esperada por este. No caso de reestruturação, uma obrigação é constituída desde que a reestruturação seja objecto de um anúncio de um plano detalhado ou de um começo de execução.

Os efeitos de actualização são contabilizados unicamente desde que sejam significativos.

E. ORÇAMENTOS DE REFORMA

Os assalariados do grupo recebem, em complemento dos abonos de reforma de acordo com as legislações em vigor nos países onde estão implantadas as sociedades empregadoras, suplementos de reforma e indemnizações de início de reforma. O grupo oferece estas vantagens seja em regime de cotizações definidas, seja em regime de prestações definidas.

No enquadramento dos regimes de cotizações definidas o grupo não tem outra obrigação a não ser o pagamento de prémios: o encargo que corresponde aos prémios entregues é tomada em conta na demonstração de resultados.

De acordo com a norma IAS 19, no enquadramento de regimes de prestação definidas, os contratos de reformas e assimilados são avaliados por actuários independentes, seguindo o método das unidades dos créditos projectados. Segundo este método, cada período de serviço dá lugar a uma unidade suplementar de direitos a prestações e avaliado separadamente cada uma destas unidades para obter a obrigação final. Esta obrigação final é em seguida actualizada. Estes cálculos integram principalmente:

- uma hipótese de data da reforma fixada geralmente aos 60 anos para aqueles que nesta idade não detenham o número de anuidades de cotização para obter uma reforma completa a título de regime geral do seguro de velhice,
- taxa de actualização financeira,
- taxa de inflação,
- hipóteses de aumento de salários e de rotação de pessoal.

Estas avaliações são efectuadas todos os anos para os principais regimes, e de três em três anos para os outros regimes, salvo que desde que as modificações de hipóteses necessitem de cálculos com uma frequência mais próxima.

Os ganhos e perdas actuariais são geradas por mudanças de hipóteses ou por diferenças de experiência (diferença entre o projectado e o real) sobre os compromissos ou sobre os activos financeiros. Estas diferenças são reconhecidas em resultado seguindo o método dito de "Corredor": são estabelecidas sobre a duração residual da vida activa dos beneficiários, pela parte excedente de mais de 10% dos compromissos ou do justo valor dos activos do regime à data de fecho.

Na aplicação da norma IFRS 1 "Primeira aplicação do referencial IFRS", as diferenças actuariais diferidas no 1º de Janeiro de 2004 foram registadas nas provisões para riscos e encargos por contrapartida directa dos capitais próprios.

Os fundos externos são chamados a cobrir a totalidade dos compromissos de reformas e compreendem a parte reconhecida do facto do estabelecimento das diferenças actuariais. Também, é possível que os activos financeiros excedam os compromissos contabilizados, gerando assim um activo em "Outros valores imobilizados". O reconhecimento deste activo é no entanto limitado ao acumulo das perdas actuariais líquidas e do custo dos serviços passados não contabilizados.

Os compromissos sociais assimilados que são objecto de um aprovisionamento são, principalmente para as filiais francesas, a entrega de prémios na altura das medalhas de trabalho.

Não existe mais compromisso a título da dívida residual contraída em França junto da CRPB (Caixa de Reforma do Pessoal Bancário), os pagamentos efectuados dia a dia cobrindo a integralidade dos direitos conquistados, segundo as últimas estimativas dos especialistas feitas em 2006.

F. Outros Compromissos

De acordo com as exigências da norma IAS 39, os compromissos irrevogáveis dados ou recebidos pelas sociedades do grupo são registados no balanço pelo seu justo valor histórico (prémios sobre opções, saldos sobre swaps, au pair para a maioria). As apreciações dos compromissos em provisões de acordo com a norma IAS 37. Os outros compromissos são representativos dos instrumentos financeiros a prazo(C.1).

NOTA 3 – Caixa, Bancos Centrais, CCP

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Caixa	1	1
Bancos centrais e CCP (saldo devedor)	42	9
Das quais reservas obrigacionistas junto do Banque de France.	32	4
Total	43	10

NOTA 4 – Activos financeiros do justo valor por resultado

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Titulos de colocação (1)	2 811	2 705
- dos quais titulos de colocação na FCC Auto ABS	307	371
Outros titulos de colocação	47	46
Diferença de reavaliação dos titulos de colocação(2)	7	4
Justo valor dos titulos de colocação	2 865	2 755
- dos quais créditos associados	112	55
Proveitos a receber sobre os instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida em opção valor justo	3	4
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida em opção valor justo	-	9
Proveitos a receber dos instrumentos a prazo de trading	1	2
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading(3)	27	18
Total	2 896	2 788

(1) A reserva de liquidez reparte-se principalmente nos "Títulos de colocação"

(2) Os titulos de colocação são avaliados segundo a opção do justo valor. São cobertos economicamente por swaps, classificadas em "Passivos financeiros do justo valor por resultado" do qual o justo valor negativo compensa a parte do justo valor positivo dos titulos de colocação (nota 13 e 21.5).

(3) As swaps classificadas em trading neutralizam-se no âmbito de carteiras homogéneas e compreendem essencialmente as swaps simétricas colocadas por ocasião das operações de titulação. Não se afasta do resultado significativo (notas 13, 21.1 e 21.5).

Nota 5 – Instrumentos derivados de cobertura

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Cobertura de fluxos futuros de tesouraria	21	11
Instrumentos condicionais adquiridos(1)	21	11
- do qual o valor intrínseco das swaptions abertas(2)	11	5
Cobertura do justo valor	184	150
Contas de ajustamento sobre compromissos em divisas(3)	4	9
Proveitos a receber sobre swaps de cobertura	69	29
- dos quais sociedades associadas	1	1

Justo valor positivo das swaps de cobertura

- empréstimos	-	1
- os EMTN/BMTN	1	39
- as obrigações	3	37
- o crédito detalhado	107	35
Total	205	161

A análise de eficácia da cobertura é apresentada no parágrafo 21.4 da nota 21.

- (1) Trata-se de swaptions que cobrem a produção futura das contas correntes.
- (2) O valor intrínseco das swaptions abertas está detalhado no parágrafo 21.2 da nota 21.
- (3) As contas de ajustamento correspondem à reavaliação das swaps de divisas que cobrem as operações de financiamento em divisas.

Nota 6 – Activos financeiros disponíveis à venda

Os "Activos disponíveis à venda" compreendem essencialmente os títulos de participação das sociedades ainda não consolidadas, resultado de uma actividade operacional não significativa à data de fecho do exercício. Os títulos de colocação foram classificados em "Activos no justo valor por resultado" (nota 4).

Nenhuma das sociedades ainda não consolidadas é susceptível de gerar perdas duráveis. Em consequência, o resultado negativo naturalmente constatado no início da actividade não é provisionado.

Os títulos das sociedades não consolidadas, que se elevaram a 0,4 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, relacionam-se principalmente à filial turca BPF Pazarlama (0,3 milhões de euros).

Nota 7 – Empréstimos e Créditos sobre as instituições de crédito

AVALIAÇÃO DE CRÉDITOS À VISTA / A PRAZO

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Créditos à vista	577	625
Contas correntes devedoras (1)	328	295
Contas e empréstimos diários (2)	249	330
Créditos a prazo	-	-
Créditos associados	1	-
Total	578	625

- (1) Estes montantes representam as somas debitadas das contas dos bancos externos representativas nomeadamente das últimas antecipações a clientes do período.
- (2) Trata-se de aplicações imediatamente revogáveis sem pré-aviso do Banque PSA Finance.

AVALIAÇÃO DAS SOCIEDADES COLIGADAS / FORA DO GRUPO (INCLUI CRÉDITOS ASSOCIADOS)

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Fora do Grupo	578	625
Total	578	625

AVALIAÇÃO POR REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA (INCLUI CRÉDITOS ASSOCIADOS)

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	407	472
União Europeia (fora de França)	152	143
Europa fora da União Europeia	7	4
América Latina	12	6
Total	578	625

Nota 8 – Empréstimos e créditos com clientes

8.1 Avaliação dos empréstimos e dos créditos por actividade

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Actividade de financiamento “Retalho”		
Venda a crédito	10 694	10 767
- dos quais créditos titulados (1)	1 186	1 655
Aluguer com opção de compra (2)	2 616	2 419
- dos quais créditos titulados (1)	1 329	-
Juros não correntes sobre aluguer com opção de compra	(380)	(346)
- dos quais créditos titulados (1)	(204)	-
Aluguer de longa duração (2)	3 819	3 343
- Empresas coligadas	8	7
- Extra patrimonial	3 811	3 336
Juros não correntes sobre aluguer de longa duração	(294)	(131)
Depósitos de garantia actividade de aluguer	(73)	(94)
Crédito líquido (A – nota b 3.1.)	16 382	15 958
Outros créditos		
Créditos de equipamento	267	296
Outros	418	429
Crédito líquido (B – da nota A 3.1.)	685	725
Elementos integrados no custo de amortização dos créditos sobre o “Retalho”		
Exposição dos custos de aquisição	396	399
Exposição das despesas de dossier	(80)	(83)
Exposição da participação das marcas e das redes	(250)	(257)
Total dos elementos integrados no custo amortizado	66	59
Actividade de financiamento “Redes”		
Empresas coligadas	153	148
Extra patrimonial	5 574	5 416
Contas correntes líquidas (C – da nota A 3.1.)	5 727	5 564
Contas correntes		
- Empresas coligadas	16	4
- Extra patrimonial	100	107
Créditos líquidos	116	111
Total dos créditos no custo amortizado	22 976	22 417

(1) O grupo Banque PSA Finance procedeu a várias operações de titulação pelo intermediário dos Fundos Comuns de Créditos a compartimentos “Auto ABS” criado em Junho de 2001.

- A 11 de Julho de 2002, a Crédipar por um lado, e a sucursal espanhola do Banque PSA Finance por outro, cederam respectivamente 550 e 950 milhões de euros de créditos de financiamento automóvel, directamente e indirectamente, ao Compartimento 2002-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu partes prioritárias designadas AAA/Aaa (1 440 milhões de euros), partes subordinadas designadas A/A2 (60 milhões de euros) e partes residuais subscritas pelo Grupo PSA Finance (30 000 de euros).

- A 25 de Fevereiro de 2004, a PSA Finance Deutschland GmbH, filial bancária do Banque PSA Finance na Alemanha, tornou-se sucursal em 29 de Setembro de 2005, cedeu um milhão de euros de créditos de financiamento automóvel ao Compartimento 2004-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS. O compartimento emitiu partes prioritárias designadas AAA/Aaa (970 milhões de euros), partes subordinadas designadas A/A2 (30 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela PSA Finance Deutschland GmbH (10 000 euros).

- A 13 de Julho, a Crédipar cedeu ao Compartimento 2002-1 dos Fundos Comuns de Créditos Auto ABS, créditos de um montante de 1,372 milhões de euros correspondentes aos alugueres futuros, e à TVA aferida, contratos de aluguer com opção de compra e de locação financeira. O compartimento emitiu obrigações prioritárias designadas AAA/Aaa (1 118 milhões de euros), obrigações subordinadas designadas AAA/Aaa (132 milhões de euros) e partes residuais subscritas pela Crédipar (10 000 euros).

Estes compartimentos do FCC constituem entidades ad hoc, integradas no perímetro de consolidação do Banque PSA Finance, na medida em que os lucros das partes residuais pagas ao Banque PSA Finance compreendem o essencial dos riscos (principalmente o custo do risco) e as vantagens (o Provento Líquido Bancário das entidades ad hoc).

(2) O Banque PSA Finance não detendo os riscos e as vantagens ligadas à propriedade de veículo, as operações de aluguer (aluguer com opção de compra e aluguer de longa duração) respeitam os critérios do financiamento de aluguer e são apresentadas contabilisticamente como contas correntes de crédito.

8.2 Avaliação por zona geográfica

(em milhões de euros)

	31/12/2006	31/12/2005
Créditos líquidos		
França	8 421	8 127
União Europeia (fora de França)	13 711	13 578
Europa fora da União Europeia	333	348
América Latina	511	364
Total	22 976	22 417

8.3 Vencimentos

Vencimentos dos créditos da actividade "Retailho"

(em milhões de euros)

	31/12/2006	31/12/2005
Até 3 meses	2 266	2 103
De 3 meses a 1 ano	4 542	4 481
De 1 ano a 5 anos	9 816	9 657
Superior a 5 anos	137	95
Total de créditos brutos	16 761	16 336
Depósitos de garantia actividade de aluguer	(73)	(94)
Depreciações	(306)	(284)
Total créditos líquidos	16 382	15 958

Vencimentos de outros créditos

(em milhões de euros)

	31/12/2006	31/12/2005
Até 3 meses	153	165
De 3 meses a 1 ano	164	168
De 1 ano a 5 anos	363	388
Superior a 5 anos	36	34
Total de créditos brutos	716	755
Depreciações	(31)	(30)
Total créditos líquidos	685	725

Vencimentos de outros créditos da actividade "Redes"

(em milhões de euros)

	31/12/2006	31/12/2005
Até 3 meses	3 562	3 198
De 3 meses a 1 ano	2 178	2 379
De 1 ano a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
Total de créditos brutos	5 740	5 577
Depreciações	(13)	(13)
Total créditos líquidos	5 727	5 564

Nota 9 – Diferença de reavaliação das carteiras cobertas em taxas

(em milhões de euros)

	31/12/2006	31/12/2005
Diferença de reavaliação das contas correntes		
- Venda a crédito	(65)	(10)
- Aluguer com opção de compra	(11)	(2)
- Aluguer de longa duração	(21)	(7)
Total	(97)	(19)

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 21.4 da nota 21.

Nota 10 – Contas de regularização e activos diversos

(em milhões de euros)

	31/12/2006	31/12/2005
Devedores diversos	253	214
- Empresas associadas (1)	57	50
- Fora do grupo	196	164
Estado e outros organismos sociais	32	75
Encargos constatados antecipadamente	45	41
Proveitos a receber	14	11
- Empresas associadas	1	2
- Fora do grupo	13	9
Outros	38	111
- Fora do grupo	38	111

Total	382	452
Os devedores diversos, empresas associadas, correspondem essencialmente às participações das marcas a receber.		

Nota 11 – Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas distribuem-se da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	Valor bruto	Amortizações	Valor Líquido	Valor bruto	Amortizações	Valor Líquido
Terrenos e construções	48	(19)	29	48	(18)	30
Material de transporte	13	(3)	10	12	(2)	10
Outros	43	(35)	8	41	(33)	8
Imobilizações corpóreas	104	(57)	47	101	(53)	48
Imobilizações incorpóreas (1)	130	(43)	87	112	(34)	78
Total	234	(100)	134	213	(87)	126

A 31 de Dezembro de 2006, os custos dos desenvolvimentos da logística informática registada nas imobilizações incorpóreas representam 86 milhões de euros em valor líquido.

Quadro de variação sobre valores brutos

(em milhões de euros)	31/12/2005	Aquisições	Cessações	Outros movimentos	31/12/2006
Terrenos e construções	48	-	-	-	48
Material de transporte	12	10	(9)	-	13
Outros	41	2	-	-	43
Imobilizações corpóreas	101	12	(9)	-	104
Imobilizações incorpóreas	112	15	-	3	130
Total	213	27	(9)	3	234

Quadro de variação de amortizações

(em milhões de euros)	31/12/2005	Dotações	Retomas	Outros Movimentos	31/12/2006
Terrenos e construções	(18)	(1)	-	-	(19)
Material de transporte	(2)	(3)	2	-	(3)
Outros	(33)	(2)	-	-	(35)
Imobilizações corpóreas	(53)	(6)	2	-	(57)
Imobilizações incorpóreas	(34)	(6)	-	(3)	(43)
Total	(87)	12	2	(3)	(100)

Nota12 – Diferenças de aquisição

O teste de depreciação, efectuado em 31 de Dezembro de 2006, concluiu a não depreciação das diferenças de aquisição (notas comentários sobre as diferenças de aquisição no parágrafo B.3 e B.4 da nota 2).

Nota 13 – Passivos financeiros no justo valor por resultado

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Dívida representada por um título com opção justo valor	152	152
Diferença de reavaliação da dívida com opção justo valor	-	6
Dívida contabilizada no justo valor por resultado(1)	152	158
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica de colocações(2)	1	1
Encargos a pagar sobre instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida em opção justo valor	1	-
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida em opção justo valor	1	4
Encargos a pagar sobre instrumentos financeiros a prazo de trading	2	3
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading(3)	27	18
Total	184	184

(1) A opção da contabilização do justo valor de uma dívida por resultado foi exercida afim de evitar por um lado que evoluam de maneira dissimétrica os justos valores desta dívida, por outro lado que as derivadas económicas cubram economicamente esta dívida. A evolução do spread emissor sobre o justo valor da dívida não é significativa.

(2) Uma parte das swaps classificadas "Passivos financeiros no justo valor por resultado" cobrem economicamente os títulos de colocação avaliados segundo a opção do justo valor (nota 4 e 21.5).

(3) As swaps classificadas em trading neutralizam-se no interior das carteiras homogéneas e compreendem essencialmente swaps simétricas colocadas fora das operações de titulação. Não se afastam do resultado significativo (nota 4,21.1 e 21.5).

Nota 14 – Instrumentos derivados de cobertura

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Cobertura no justo valor	179	149
Contas de ajustamento sobre compromissos em divisas(1)	31	5
Encargos a pagar sobre swaps de cobertura	104	110
- dos quais sociedades associadas	4	1
Justo valor negativo das swaps de cobertura		
- empréstimos	3	3
- EMTN/BMTN	38	19
- obrigações	3	-
- contas correntes detalhadas	-	12
Total	179	149

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 21.4 da nota 21.

(1) As contas de ajustamento correspondem à reavaliação das swaps de divisas que cobrem as operações de refinanciamento em divisas.

Nota 15 – Dívidas a instituições de crédito

Avaliação dos créditos à vista / a prazo

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Dívidas à vista extra patrimoniais	47	103
Contas correntes credoras	43	100
Outras somas entregues	4	3
Dívidas associadas	1	1
Dívidas a prazo extra patrimoniais	6 634	7 495
Dívidas associadas	65	28
Total	6 747	7 627

Vencimento das dívidas a prazo

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Até 3 meses(1)	2 363	3 878
De 3 meses a 1 ano	1 948	1 794
De 1 ano a 5 anos	2 323	1 823
Superior a 5 anos	-	-
Total	6 634	7 495

(1) Dos quais 535 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 de tiragem a curto prazo sobre as linhas de "back up" que constituem os compromissos recebidos de financiamento a longo prazo (nota 23).

Avaliação por moedas estrangeiras de reembolso

(em milhões de euros)	31/12/2006		31/12/2005	
	Dívidas à vista	Dívidas a prazo	Dívidas à vista	Dívidas a prazo
Euros	25	5 783	85	5 927
Libras Esterlinas	3	382	6	1 204
Florins Hungaros	7	3	11	2
Franco Suíços	1	46	1	49
Reais Brasileiros	-	256	-	190
Coroas Checas	1	84	-	74
Outros	10	80	-	49
Total	47	6 634	103	7 495

Nota 16 - Dívidas com clientes

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Dívidas a prazo		
Extra patrimonial	5	4
Sub-Total	5	4
Dívidas à vista		
Empresas coligadas	171	131
Outras somas entregues a clientes	60	51
Conta corrente grupo PSA PEUGEOT CITROËN(1)	111	80
Extra patrimonial (contas correntes rede)	202	165
Sub-Total	373	296
Total	378	300

(1) Trata-se por um lado, de um excedente de tesouraria do GIE PSA Tesouraria sobre a sua conta corrente aberta na Sofib /de 30 milhões de euros) e por outro lado das contas de regulamento das filiais de financiamento para as operações feitas com o grupo PSA PEUGEOT CITROËN.

Vencimentos das dívidas a prazo fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Até 3 meses	2	3
De 3 meses a 1 ano	2	-
De 1 ano a 5 anos	1	1
Superior a 5 anos	-	-
Total	5	4

Registos das divisas de reembolso das dívidas a prazo fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Euros	3	2
Outros	2	2
Total	5	4

Nota 17 – Dívidas representadas por um título
Análise por natureza

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Títulos de mercado interbancário e títulos de créditos negociáveis extra patrimoniais	12 824	12 708
- EMTN	9 903	9 195
- BMTN	55	366
CDN e BT	2 866	3 147
Dívidas associadas	99	85
Despesas de emissão a apresentar	(16)	(11)
Ganhos a apresentar(1)	7	11
Empréstimos obrigacionistas(2)	1 663	91
- dos quais titulação: obrigações prioritárias e subordinadas(3)	1 250	-
Dívidas associadas	9	-
Outras dívidas representadas por um título	1 385	1 871
- das quais titulação: obrigações prioritárias e subordinadas	1 287	1 846
Dívidas associadas	12	7
Total	15 983	14 762

(1) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2005, os saldos a apresentar sobre EMTN figuravam em "Contas correntes de regularização e passivos diversos". São no entanto classificadas em "Dívidas representadas por um título" de 11 milhões de euros (note 19).

(2) O empréstimo obrigatório do Banque PSA Finance de 91 milhões de euros foi reembolsado em Julho de 2006. Em Dezembro de 2006, um empréstimo obrigatório de 7 anos foi colocado por 413 milhões de euros pela filial PSA Finance S.C.S.

(3) Uma lei de Agosto de 2003 abriu em França, aos Fundos Comuns de Créditos, a possibilidade de emitir obrigações. O compartimento 2006-1 do Fundo Comum de Créditos Auto ABS utilizou esta possibilidade.

Registo de dividas representadas por um título fora das dívidas associadas

(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	Obrigações	TCN	Outros	Obrigações	TCN	Outros
Até 3 meses	-	4 141	1	-	3 379	168
De 3 meses a 1 ano	-	2 849	638	91	2 669	477
De 1 ano a 5 anos	966	5 825	689	-	6 551	1 226
Superior a 5 anos	697	9	57	-	109	-
Total	1 663	12 824	1 385	91	12 708	1 871

Correspondência por divisas de reembolso dos créditos representados por um título

(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	Obrigações	TCN	Outros	Obrigações	TCN	Outros
Euros	1 663	12 363	1 345	91	12 191	1 847
Libras esterlinas	-	246	-	-	277	-
Dólares US	-	-	-	-	17	-
lenes	-	168	-	-	161	-
Coroa checa	-	47	-	-	62	-
Real brasileiro	-	-	40	-	-	-
Total	1 663	12 824	1 385	91	12 708	1 871

A posição de troca residual do Banque PSA Finance é apresentada na nota 21.

Nota 18 – Diferença de reavaliação das carteiras de cobertura de taxas

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Diferença de reavaliação dos empréstimos	(3)	(2)
Diferença de reavaliação dos EMTN/BMTN	(37)	20
Diferença de reavaliação das obrigações	-	37
Total	(40)	55

A análise da eficácia da cobertura consta no parágrafo 21.4 na nota 21.

Nota 19 – Contas de regularização e passivos diversos

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Dívidas a fornecedores	364	285
Empresas associadas(1)	274	226
Extra patrimonial	90	59
Dívidas rede	-	-
Estado e outros organismos sociais	49	71
Encargos a pagar	173	174
Empresas associadas	33	33
Extra patrimonial	140	141
Proveitos constatados antecipadamente	73	97
Empresas associadas	8	7
Extra patrimonial(2)	65	90
Outros devedores diversos	11	10
Empresas associadas	4	4
Extra patrimonial	7	6
Outras contas de regularização	80	118
Total	750	755

(1) Trata-se de veículos em vias de regularização às marcas Peugeot Citroën.

(2) Nas contas publicadas em 31 de Dezembro de 2005, os saldos a apresentar sobre EMTN figuravam em "Contas correntes de regularização e passivos diversos". São no entanto classificadas em "Dívidas representadas por um título" de 11 milhões de euros (note 17).

Nota 20 – Provisões

(em milhões de euros)

	31/12/2005	Dotações	Retomas utilizadas	Retomas não utilizadas	Reclassificações Efeito de câmbio	31/12/2006
Provisões para pensões e reformas	20	4	(3)	-	3	24
Provisões para compromissos duvidosos redes	8	-	-	(1)	-	7
Provisões para revenda de veículos de ocasião(1)	27	-	(8)	(3)	-	16
Provisões para risco leasing em Portugal	5	-	-	-	-	5
Provisões para riscos do próprio segurador.	2	-	(1)	-	-	1
Provisões para risco de aluguer de longa duração sob tratadas.	1	-	-	-	-	1
Outras provisões	10	4	(1)	(2)	(2)	9
Total	73	8	(13)	(6)	1	63

(1) A possibilidade dada ao Reino Unido a meio percurso de certos contratos, de entrega do veículo sem penalidade de saída, comporta um risco de revenda sobre os veículos recuperados e a recuperar, que justifica a maior parte desta provisão. Esta possibilidade foi utilizada de forma menos sistemática no exercício (Nota 26).

20.1 Orçamentos de reformas

A. Descrição dos regimes

Os assalariados do grupo beneficiam em certos países de complementos de reformas que são entregues anualmente aos reformados ou indemnizados no início da reforma que são entregues de uma vez no momento do início da reforma. O grupo oferece estas vantagens através, seja de regimes a cotização definidas, seja de prestações definidas. Neste quadro de regimes a cotizações definidas, o grupo não tem quaisquer outras obrigações a não ser o pagamento destas cotizações. A carga correspondente às cotizações entregues é tomada em conta na demonstração de resultados do exercício. Para os regimes a prestações definidas, os principais países são a França e o Reino Unido.

Em França, os regimes a prestações definidas dizem respeito:

- por um lado as indemnizações do início da reforma previstas pelas convenções colectivas
- por outro lado o regime das reformas complementares desde engenheiros e quadros para a parte não esquematizada em 2002 (regime fechado).

B. Hipóteses de retenções

As taxas utilizadas no decorrer dos dois últimos exercícios para avaliação de compromissos de reforma são os seguintes:

	Zona euro	Reino Unido
Taxas de actualização		
2006	4,50%	5,10%
2005	4,00%	5,00%
Taxas de inflação		
2006	2,00%	2,80%
2005	2,00%	2,50%
Taxas de rendimento esperado		
2006	5,50%	7,00%
2005	6,00%	7,00%

As hipóteses das taxas de aumento de salários correspondem, para cada país, à soma das hipóteses da inflação e das previsões individuais.

As hipóteses de mortalidade e de rotação do pessoal tem em consideração as condições económicas próprias a cada país ou sociedade do grupo.

Sensibilidade das hipóteses: a variação de 0,25 ponto de diferença actuarial (taxas de utilização – taxas de inflação) causaria uma variação dos compromissos de 2,8% em França e de 5,4% no Reino Unido.

C. Reconciliação dos postos do balanço e dos históricos de dados

(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Valor actual das prestações dos serviços prestados	(7)	(51)	(58)	(7)	(46)	(53)
Justo valor dos activos financeiros	6	28	34	6	23	29
Excedente ou (deficit)	(1)	(23)	(24)	(1)	(23)	(24)
Diferenças actuariais	-	4	4	1	6	7
(Provisões) activos líquidos reconhecidos no balanço	(1)	(19)	(20)	-	(17)	(17)
Dos quais provisões	(2)	(22)	(24)	-	(20)	(20)
Dos quais activos	1	3	4	-	3	3

C. Evolução do exercício

(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Valor actual das prestações dos serviços prestados	(7,2)	(45,7)	(52,9)	(6,6)	(38,3)	(44,9)
À abertura do exercício						
Custo dos serviços prestados	(0,3)	(2,7)	(3,0)	(0,3)	(2,2)	(2,5)
Actualização anual	(0,3)	(2,3)	(2,6)	(0,3)	(1,9)	(2,2)
Prestação de serviços sobre o exercício	0,3	0,6	0,9	0,1	-	0,1
Diferenças de reavaliação						
- em valor	0,9	1,5	2,4	(0,1)	(2,8)	(2,9)
- em % dos compromissos	12,45%	3,19%	4,44%	-1,06%	-7,43%	-6,49%
Diferença de conversão	-	(0,5)	(0,5)	-	(0,5)	(0,5)
Variações do perímetro	-	(2,1)	(2,1)	-	-	-
No fecho do exercício	(6,6)	(51,2)	(57,8)	(7,2)	(45,7)	(52,9)
(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Cobertura dos compromissos	6,1	23,3	29,4	6,0	19,5	25,5
À abertura do exercício						
Rendimento esperado dos fundos	0,4	1,5	1,9	0,4	1,3	1,7
Diferenças de reavaliação						
- em valor	(0,2)	0,4	0,2	(0,3)	(0,8)	(1,1)
- em % dos compromissos	-3,61%	1,69%	0,59%	-4,27%	-4,45%	-4,41%
Diferença de conversão	-	0,4	0,4	-	0,4	0,4
Dotações do empregador	-	2,5	2,5	-	2,8	2,8
Prestação de serviços sobre o exercício	(0,3)	(0,3)	(0,6)	-	0,1	0,1
No fecho do exercício	6,0	27,8	33,8	6,1	23,3	29,4
(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Elementos diferidos	0,5	6,0	6,5	0,2	2,2	2,4
À abertura do exercício						
Novos elementos diferidos	-	-	0,1	-	0,1	0,1
Amortizações dos elementos diferidos	(0,7)	(1,9)	(2,6)	0,3	3,7	4,0
Conversão e outras variações	-	(0,2)	(0,2)	-	-	-
Efeitos dos fechos e modificações de regime	-	0,2	0,2	-	-	-
No fecho do exercício	0,2	4,2	4,0	0,5	6,0	6,5

E. Encargos contabilizados

Estes encargos são contabilizados:

- em "Encargos gerais de exploração – Pessoal" para o custo dos serviços prestados e as amortizações dos elementos diferidos,
- em "Efeito da actualização dos compromissos sociais" para a actualização dos direitos adquiridos,
- em "Rendimentos esperados dos fundos dos compromissos sociais" para o rendimento esperado dos fundos.

Os encargos de reforma são registados da seguinte forma:

(em milhões de euros)	31/12/2006			31/12/2005		
	França	Estrangeiro	Total	França	Estrangeiro	Total
Custo dos serviços prestados	(0,3)	(2,7)	(3,0)	(0,3)	(2,2)	(2,5)
Amortizações dos elementos diferidos	-	-	-	-	-	-
Actualização dos direitos adquiridos	(0,3)	(2,2)	(2,5)	(0,3)	(1,9)	(2,2)
Rendimento esperado dos fundos	0,3	1,5	1,8	0,4	1,3	1,7
Outros	-	0,2	0,2	-	-	-
Total	(0,3)	(3,2)	(3,5)	(0,2)	(2,8)	(3,0)

Nota 21 – Instrumentos financeiros a prazo

Risco de câmbio: a política seguida não autoriza o risco de câmbio. Entidade por entidade, os activos e passivos são adoptados pela utilização de instrumentos financeiros apropriados.

Risco de taxas: a política do banco visa neutralizar os efeitos de variação de taxas de juros da margem operacional de cada entidade do grupo por utilização de instrumentos financeiros apropriados permitindo assegurar a convergência efectiva das estruturas de taxas de juros dos activos e dos passivos. No que diz respeito ao activo, os novos créditos ao retalho são objecto, desde o seu acordo, de uma Swap de taxas de juros operada no mercado financeiro de forma a restaurar a sua remuneração numa base de taxa variável a três meses: na prática, estas swaps são efectuadas ao fim de cada período de dez anos sobre os créditos acordados no decurso do período dos dez dias precedentes, estando os créditos agrupados por vencimentos homogêneos. Os créditos às redes de concessionários estando por seu lado acordados por referência às taxas de curto prazo e a reserva de liquidez é investida igualmente em referência a estas mesmas taxas, esta técnica permite assim constituir o activo do banco num conjunto remunerado sobre a base de taxa a curto prazo.

No que diz respeito ao passivo, todo o novo empréstimo é restaurado, por via dos instrumentos financeiros apropriados, desde que seja a uma taxa fixa com vencimento superior a seis meses, à estrutura de taxas variáveis a três meses. O conjunto desta gestão permite assim neutralizar o risco de taxas de juros do balanço do banco.

Por outro lado, afim de garantir o custo máximo do refinanciamento para novas contas correntes de crédito ao "Retalho", que serão acordadas em euros em 2007. O Banque PSA Finance comprou opções de swaps de taxas de juros com vencimentos a todos os trimestres de 2007 (parágrafo 21.2). As compras de swaptions poderão ser prolongadas em função das oportunidades de mercado no corrente ano de 2007. O eventual risco é seguido quotidianamente (VAR) e não tem impacto significativo sobre o resultado.

Risco de contrapartidas: os riscos são limitados às operações sobre proveitos derivados negociados no quadro de contratos FBF ou ISDA e de operações de colocação de liquidez a muito pouco prazo com contrapartidas de primeiro plano. No que diz respeito ao risco de crédito sobre o retalho, reportar-se à nota 30.

Posição de taxas do Banco PSA Finance Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006

(em milhões de euros)	De um ano	De 1 ano a 5 anos	Para além de	Total 31/12/2006
Activos financeiros				
Financiamentos Rede	5 701	-	-	5 701
Financiamentos "Retalho" à taxa fixa	7 014	9 597	-	16 611
Outros empréstimos e créditos à taxa variável	664	-	-	664
Outros activos financeiros	3 370	-	-	3 370
Total activos financeiros (a)	16 749	9 597	-	26 346
Activos financeiros	143	-	-	143
(derivados e reavaliação das carteiras de cobertura)				
Activos não financeiros				
Imobilizações e diferenças de aquisição	-	215	-	215
Outros activos não financeiros	560	-	-	560
Total activos não financeiros	560	215	-	775
Total activo				27 264
Passivos financeiros				
Débitos à taxa fixa de cobertura	(3 824)	(2 350)	(1 316)	(7 490)
Débitos à taxa revisível	(15 014)	-	-	(15 014)
Outros financiamentos e descobertos bancários	(426)	-	-	(426)
Total Passivos financeiros (b)	(19 263)	(2 350)	(1 316)	(22 930)
Outros passivos financeiros	(323)	-	-	(323)
(derivadas e reavaliação das carteiras de cobertura)				
Passivos não financeiros				
Outros passivos não financeiros	(1 354)	-	-	(1 354)
Total passivos não financeiros	(1 354)	-	-	(1 354)
Capitais próprios	-	(2 657)	-	(2 657)
Total do passivo				
Posição líquida antes da gestão = (a) + (b)	(2 514)	7 247	(1 316)	3 416
Conhecimento das derivadas				
Derivadas cobrindo os activos financeiros				
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho à taxa fixa, parte emprestadora (Fair Value Hedge)	(6 301)	(6 763)	-	(13 064)
Swaps de cobertura dos financiamentos retalho à taxa fixa, parte prestadora (Fair Value Hedge)	13 064	-	-	13 064
Swaps de euroborização de títulos de colocação, parte emprestadora (cobertura económica de colocações)	(2 500)	-	-	(2 500)
Swaps de euroborização de títulos de colocação, parte prestadora (cobertura económica de colocações)	2 500	-	-	2 500
Total das derivadas de cobertura dos activos financeiros(c)	6 763	(6 763)	-	-
Derivadas de cobertura dos activos financeiros				
Swap de cobertura de débitos à taxa fixa, parte prestadora (Fair Value Hedge)	3 634	2 466	1 316	7 417
Swap de cobertura de débitos à taxa fixa, parte emprestadora (Fair Value Hedge)	(7 417)	-	-	(7 417)
Total das derivadas de cobertura dos passivos financeiros (d)	(3 783)	2 466	1 316	-
Carteira de Trading (e) (1)	-	-	-	-
Posição das derivadas = (c) + (d) + (e)	2 981	(4 297)	1 316	-
Posição líquida após gestão	466	2 950	-	3 416

Este quadro posiciona os activos financeiros e os passivos financeiros em função da sua data de vencimento para os de taxa fixa em função da próxima revisão de taxas para os que são de taxa revisível.

Na parte do quadro sobre as derivadas, as swaps e outras operações derivadas são classificadas em positivo para a parte prestadora e em negativo para a parte emprestadora das swaps.

A posição líquida após gestão, da qual os vencimentos estão compreendidos entre 1 e 5 anos, correspondem aos activos líquidos cobertos pelos fundos próprios do grupo Banco PSA Finance.

(1) Não existe swap em posição aberta isolada na carteira de trading em 31 de Dezembro de 2006; as swaps classificadas em trading neutralizam-se nas carteiras homogéneas por um montante notional que se eleva a 4 326 milhões de euros e compreendem essencialmente as swaps simétricas colocadas fora das operações de titulação. Não se isenta do resultado significativo, estando fechadas todas as posições (nota 4 e 13).

21.2 Contratos de cobertura de taxas sobre operações futuras

Afim de garantir um custo máximo de refinanciamento para as novas contas correntes do "Retalho", que serão acordadas em euros em 2007, o Banque Psa Finance comprou opções de swaps de taxas de juros com vencimento em todos os trimestres de 2007. Os nocionais e a maturidade das swaps (de um a cinco anos), objecto destas opções correspondem às maturidades dos créditos previsionais a produzir neste mesmo período. Em 31 de Dezembro de 2006, o nocional eleva-se a 5 163 milhões de créditos, o resultado isolado a título do valor tempo depois do início do ano é um encargo de - 20,2 milhões de euros, os quais - 1,4 milhões de euros de variação do justo valor.

A variação do valor intrínseco positivo de 50,3 milhões de euros foi constatada em situação líquida em "Ganhos ou perdas latentes ou diferidas". A parte do resultado constatado no exercício, a título do valor intrínseco apresentado sobre o elemento subjacente, é um encargo de + 9,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. O resto a apresentar eleva-se a 45,6 milhões de euros (quadro de variações dos capitais próprios e dos juros minoritários).

Cobertura em Cash Flow Hedge pelas swaptions

(em milhões de euros)	31/12/2005	Variação do valor intrínseco	Resultado realizado	Transferência em resultados	31/12/2006
Valor intrínseco das swaptions abertas	5,1	50,3	(43,9)	-	11,5
Proveitos de cobertura realizados	-	-	43,9	(9,8)	34,1
Lucros diferidos posicionados em capitais próprios	5,1	50,3	-	(9,8)	45,6

Os vencimentos dos impactos dos créditos em resultados

(em milhões de euros)	31/12/2006
Até 3 meses	5,5
De 3 meses a 1 ano	19,6
De 1 ano a 5 anos	20,5
Superior a 5 anos	-
Total lucros diferidos sobre swaptions	45,6

Os vencimentos da produção de créditos cobertos em risco de taxas

(em milhões de euros)	31/12/2006
Até 3 meses	-
De 3 meses a 1 ano	169
De 1 ano a 5 anos	4 994
Superior a 5 anos	-
Total de vencimentos cobertos futuros	5 163

21.3 Posição de mudança residual do Banque PSA Finance consolidada em 31 de Dezembro de 2006

Posições externas

(em milhões de euros)	JPY	USD	CZK	HKD	CHF	HUF	PLN	MXN	GBP
Activos	-	-	-	-	267	18	110	15	1 683
Passivos	(168)	-	(47)	-	-	-	-	-	(246)
Posição líquida antes da gestão	(168)	-	(47)	-	267	18	110	15	1 437
Cobertura activos	-	-	-	-	(267)	(18)	(110)	(15)	(1 437)
Cobertura passivos	168	-	47	-	-	-	-	-	-
Posições extra patrimoniais	168	-	47	-	(267)	(18)	(110)	(15)	(1 437)
Posição líquida após gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Posições das filiais

(em milhões de euros)	EUR/GBP	EUR/CHF	USD/EUR	USD/BRL	CHF/HUF	EUR/HUF	EUR/DKK	EUR/NOK	EUR/SEK
Activos	-	-	19	-	48	-	46	4	22
Passivos	(250)	-	-	(19)	(48)	-	-	-	-
Posição líquida antes da gestão	(250)	-	19	(19)	-	-	46	4	22
Cobertura activos	-	-	(19)	-	-	-	(46)	(4)	(22)
Cobertura passivos	250	-	-	19	-	-	-	-	-
Posições extra patrimoniais	250	-	(19)	19	-	-	(46)	(4)	(22)

21.4 Análise da eficácia da cobertura

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005	Variação do justo valor	Ineficácia do resultado
Diferença de reavaliação das contas correntes (nota 9)				
Vendas a crédito	(65)	(10)		
Aluguer com opção de compra	(11)	(2)		
Aluguer de longa duração	(21)	(7)		
Total de valorização líquida	(97)	(19)	(78)	
Instrumentos derivados de cobertura das contas correntes detalhadas				
- ao activo (nota 5)	107	35		
- ao passivo (nota 14)	-	(12)		
Total valorização líquida	107	23	84	6
Ineficácia em stock	10	4		6
Diferença de reavaliação dos empréstimos cobertos (nota 18)				
Valorização líquida	3	2		
Total de valorização líquida	3	2	1	
Instrumentos derivados de cobertura dos empréstimos				
- ao activo (nota 5)	-	1		
- ao passivo (nota 14)	(3)	(3)		
Total valorização líquida	(3)	(2)	(1)	0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação dos EMTN/BMTN cobertos (nota 18)				
Valorização líquida	37	(20)		
Total valorização líquida	37	(20)	57	
Diferença de reavaliação de cobertura dos EMTN/BMTN				
- ao activo (nota 5)	1	39		
- ao passivo (nota 14)	(38)	(19)		
Total valorização líquida	(37)	20	(57)	0
Ineficácia em stock	0	0		0
Diferença de reavaliação das obrigações cobertas				
Valorização líquida	-	(37)		
Total valorização líquida (de redescontar)	-	(37)	37	
Instrumentos derivados de cobertura das obrigações				
- ao activo (nota 5)	3	37		
- ao passivo (nota 14)	(3)	-		
Total valorização líquida	-	37	(37)	0
Ineficácia em stock	0	0		0

As opções de swaps de taxas de cobertura das futuras contas correntes de crédito a "retalho" não são integradas no quadro de eficácia da cobertura, não existindo ainda as contas correntes (parágrafo 21.2).

21.5 Activos e passivos financeiros no justo valor

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005	Variação do justo valor
-----------------------	------------	------------	----------------------------

Activos financeiros no justo valor (nota 4)

- Diferença de reavaliação dos títulos de colocação	7	4	3
- justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica com opção justo valor	-	9	(9)
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading	27	18	9
Total de valorização líquida	34	31	3
Passivos financeiros no justo valor (nota 13)			
- Diferença de reavaliação da dívida com opção justo valor	-	(6)	6
- Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica das colocações	(1)	(1)	-
- Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de cobertura económica da dívida com opção justo valor	(1)	(4)	3
Justo valor dos instrumentos financeiros a prazo de trading	(27)	(18)	(9)
Total de valorização líquida	(29)	(29)	0
Impacto em resultado			3

Nota 22 Justo valor dos activos e passivos financeiros

(em milhões de euros)	Justo valor		Valor do balanço		Diferenças	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Activos						
Caixa, bancos centrais, CCP	43	10	43	10	0	0
Activos financeiros no justo valor por resultado (1)	2 896	2 788	2 896	2 788	0	0
Instrumentos derivados de cobertura	205	161	205	161	0	0
Activos financeiros disponíveis à venda (2)	-	-	-	-	0	0
Empréstimos e créditos sobre estabelecimentos de crédito (3)	578	625	578	625	0	0
Empréstimos e créditos com o retalho	22 802	22 551	22 976	22 398	(174)	153
Passivos						
Bancos centrais, CCP	-	-	-	-	0	0
Passivos financeiros no justo valor por resultado (1)	184	184	184	184	0	0
Instrumentos derivados de cobertura	179	149	179	149	0	0
Dívidas sobre estabelecimentos de crédito (5)	6 748	7 627	6 747	7 625	1	2
Dívidas com o retalho (5)	378	300	378	300	0	0
Dívidas representadas por um título	15 994	14 827	15 983	14 808	11	19

(1) Os elementos contabilizados no justo valor por resultado, bem como os instrumentos derivados de cobertura, são avaliados por aplicação de uma técnica de valorização fazendo referência às taxas cotados no mercado interbancário (Euribor, ...) e aos movimentos de câmbios fixados quotidianamente pelo Banco Central Europeu.

(2) Os títulos de participação ainda não consolidados, contabilizados em "Activos disponíveis à venda", têm um justo valor igual ao custo amortizado.

(3) Os empréstimos e os créditos sobre os estabelecimentos de crédito a curto prazo têm um justo valor próximo do seu custo amortizado (nota 4). Os empréstimos e créditos sobre o retalho são avaliados ao custo amortizado.

(4) De maneira geral, são objecto de uma cobertura de risco de taxas (cobertura justo valor). A aplicação da contabilidade de cobertura leva ao ajustamento do valor dos créditos, sobre uma base de taxas de swaps de cobertura. O montante desta diferença de reavaliação foi acumulado ao custo amortizado no valor do balanço. O justo valor apresentado é estimado em actualização dos fluxos futuros às taxas às quais os empréstimos similares foram outorgados à data de fecho.

(5) As dívidas de financiamento são contabilizadas ao custo amortizado. As dívidas cobertas por swaps de taxas de juro são objecto de uma contabilidade de cobertura no justo valor. A aplicação da contabilidade de cobertura ao ajustamento do valor das dívidas, sobre a base de taxas de refinanciamento sem risco actualizado. O montante desta diferença de reavaliação foi acumulado ao custo amortizado no valor do balanço. O justo valor apresentado representa assim essencialmente a evolução do custo do risco emissor do grupo PSA Finance sobre os mercados financeiros.

Os outros pontos do balanço, não considerados neste quadro, são ou elementos não financeiros, ou activos e passivos a muito curto prazo do qual o justo valor está muito próximo do valor do balanço.

Nota 23 Outros compromissos

(em milhões de euros)	31.12.2006	31.12.2005
Compromissos de financiamento		
Compromissos recebidos de estabelecimentos de crédito (1)	8 065	7 041
Compromissos em favor do retalho	1 447	1 019
- da qual o grupo Crédipar	739	778

Compromissos de garantia

Cauções, aval, outras garantias recebidas de estabelecimentos de crédito	1 740	2 051
- garantias recebidas sobre encargos do retalho	214	238
- garantias recebidas sobre títulos detidos	1 526	1 813
Garantias dadas a favor do retalho	232	237
- sucursal espanhola	95	108
- Sofib	119	111
- Sofira	7	9
- sucursal italiana	11	9

Compromissos sobre títulos

Títulos a entregar

Dos quais 1 978 milhões de euros em Dezembro de 2006 de linhas de "back up" não utilizadas, que constituem os compromissos recebidos de financiamento a longo prazo.

Nota 24 Juros e proveitos de custo amortizado

(em milhões de euros)	31.12.2006	31.12.2005
Vendas a crédito	954	932
Aluguer com opção de compra	193	179
Aluguer de longa duração	269	262
Outros	26	28
Total de juros e proveitos actividade "Retalho"	1 442	1 401
- das quais empresas associadas	175	123
Juros e proveitos "Redes"	308	262
- das quais empresas associadas	185	148
Juros e proveitos Outros (cartas, contas correntes, compromissos de garantia)	11	10
- das quais empresas associadas	1	-
Remunerações dos fornecedores	(272)	(263)
- Venda a crédito	(183)	(177)
Aluguer com opção de compra	(48)	(40)
Aluguer de longa duração	(41)	(46)
Outros custos de aquisição	(27)	(26)
Total	1 462	1 384

Repartição geográfica dos proveitos da actividade "Retalho"

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	549	552
Europa (fora de França)	827	806
Alemanha	169	167
Áustria	15	12
Bélgica	39	37
Espanha	183	186
Hungria	4	3
Itália	111	112
Holanda	19	19
Portugal	9	3
Polónia	38	39
República Checa	6	4
Reino Unido	215	204
Slovaquia	1	1
Suiça	18	19
Fora da Europa	66	43
Argentina	3	1
Brasil	63	42
Total	1 442	1 401

Repartição geográfica dos proveitos da actividade "Redes"

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
-----------------------	------------	------------

França	83	67
Europa (fora de França)	203	180
Alemanha	37	32
Áustria	4	4
Bélgica	13	11
Espanha	33	26
Hungria	3	3
Itália	30	25
Holanda	13	12
Portugal	4	4
Polónia	9	7
República Checa	2	1
Reino Unido	50	52
Slovaquia	1	-
Suiça	4	3
Fora da Europa	22	15
Argentina	19	15
Brasil	3	-
Total	308	262

Repartição geográfica das remunerações dos fornecedores e outros custos de aquisição

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	(130)	(131)
Europa (fora de França)	(155)	(148)
Alemanha	(10)	(10)
Áustria	(1)	(1)
Bélgica	(4)	(3)
Espanha	(43)	(43)
Hungria	(1)	(1)
Itália	(34)	(34)
Holanda	(3)	(3)
Polónia	(1)	-
Portugal	(8)	(9)
República Checa	(3)	(1)
Reino Unido	(45)	(41)
Suiça	(2)	(2)
Fora da Europa	(14)	(10)
Brasil	(14)	(10)
Total	(299)	(289)

Nota 25. Juros e encargos assimilados

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Encargos sobre contas correntes devedoras	(1)	(1)
Encargos sobre operações com rede independente	(6)	(4)
Encargos sobre operações com rede própria	(5)	(5)
Total	(12)	(10)

Nota 26. Outros proveitos e encargos

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
- Comissões sobre operações com o retalho	58	54
- Comissões sobre operações com o retalho (outros)	2	2
- Outros	2	6
Outros proveitos	62	62
- Formas de pagamento	(7)	(8)
- Provisões e resultado de cessão dos veículos de ocasião (1)	(2)	(17)
- Quota-parte sobre operações feitas em comum	(1)	(3)
- Outros	-	(5)
Outros encargos	(10)	(33)
Outros proveitos e encargos	52	29

(1) A possibilidade oferecida ao Reino Unido aos fornecedores de renda o veículo sem penalidade de saída a meio percurso de certos contratos foi utilizado de forma menos sistemática. Em consequência, o risco de revenda sobre os veículos recuperados e a recuperar por um lado, e o resultado de cessão por outro, diminuiu respectivamente de 11 (nota 20) e 2 milhões de euros.

Nota 27. Juros sobre empréstimos junto dos estabelecimentos de crédito

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Juros sobre contas e empréstimos (1)	(243)	(203)
Total	(243)	(203)

Repartição geográfica

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	(202)	(157)
Europa (fora de França) (2)	(426)	(317)
Alemanha	(63)	(44)
Áustria	(7)	(5)
Bélgica	(26)	(19)
Espanha	(82)	(55)
Hungria	(3)	(2)
Itália	(58)	(43)
Holanda	(49)	(40)
Polónia	(5)	(3)
Portugal (2)	(17)	(13)
República Checa	(2)	(1)
Reino Unido (1)(2)	(105)	(84)
Slováquia	(1)	-
Suiça	(8)	(8)
Fora da Europa	(44)	(34)
Argentina	(2)	-
Brasil	(40)	(34)
México	(2)	-
Eliminações	429	305
Total	(243)	(203)

(1) Dívidas representadas por um título de montante de 2 milhões de euros (nota 28).

(2) Em relação às contas publicadas em 31 de Dezembro de 2005, as eliminações intra países foram neutralizadas nos próprios países.

Nota 28. Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Encargos sobre dívidas representadas por um título (1)	(484)	(362)
Encargos sobre dívidas subordinadas com estabelecimentos de crédito	-	(2)
Encargos sobre obrigações e outros títulos de lucros fixos	(41)	(36)
Total	(525)	(400)

Repartição geográfica

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	(477)	(358)
Europa (fora de França) (2)	(49)	(44)
Alemanha	(31)	(24)
Espanha	(9)	(14)
Luxemburgo	(1)	-
Holanda	(6)	(4)
Reino Unido	(2)	(2)
Fora da Europa	(5)	(2)
Brasil	(5)	(2)
Eliminações	(5)	(2)
Total	(525)	(400)

(1) Em relação às contas publicadas em 31 de Dezembro de 2005, os juros sobre uma dívida representada por um título reclassificado em "Juros e encargos sobre dívidas representadas por um título" de montante de 2 milhões de euros (nota 27).

Nota 29. Encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Renumerações	(92)	(92)
Encargos Sociais	(31)	(30)
Interesses e participação	(2)	(1)
Total despesas de pessoal	(125)	(123)
Outros encargos de estrutura	(179)	(165)
- dos quais empresas associadas	(78)	(78)
Total	(304)	(288)

Repartição geográfica de encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	(131)	(128)
Europa (fora de França)	(164)	(152)
Alemanha	(35)	(33)
Áustria	(5)	(5)
Bélgica	(12)	(10)
Espanha	(27)	(25)
Hungria	(3)	(2)
Itália	(22)	(20)
Holanda	(8)	(7)
Polónia	(4)	(4)
Portugal	(8)	(6)
República Checa	(2)	(2)
Reino Unido	(32)	(31)
Slovaquia	(1)	(1)
Suiça	(5)	(6)
Fora da Europa	(9)	(8)
Argentina	(1)	(1)
Brasil	(6)	(6)
México	(2)	(1)
Total	(304)	(288)

Repartição geográfica por efectivos

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	847	869
Europa (fora de França)	1 296	1 302
Alemanha	248	251
Áustria	35	35
Bélgica	75	81
Espanha	239	231
Hungria	19	16
Itália	153	149
Holanda	76	76
Polónia	42	35
Portugal	71	80
República Checa	17	16
Reino Unido	280	292
Slovaquia	9	8
Suiça	32	32
Fora da Europa	48	39
Argentina	11	10
Brasil	37	29
Total	2 191	2 210

Nota 30 Custo do risco

Este quadro representa o custo do risco por categoria de retalho, nenhuma outra perda significativa de valor foi constatada sobre outros activos financeiros.

30.1 Evolução dos créditos

(em milhões de euros)	Balanco de 31/12/2005	Produção liquida	Custo do risco					Balanco de 31/12/2006
			Dotações	Retomas	Passagens a perdas	Recuperação sobre créditos amortizados	Total do custo do risco em 31/12/2006	
Retalho								
Créditos são sem incobrados	15 545	369	-	-	-	-	-	15 914
Créditos são com incobrados	405	4	-	-	-	-	-	409
Depósitos de garantia	(93)	20	-	-	-	-	-	(73)
Créditos duvidosos	385	91	-	-	(38)	-	(38)	438
Créditos brutos	16 242	484	-	-	(38)	-	(38)	16 688
Depreciações dos créditos são com incobrados	(50)	-	(20)	20	-	-	-	(50)
Depreciação de créditos duvidosos	(234)	-	(66)	44	-	-	(22)	(256)
Depreciações	(284)	-	(86)	64	-	-	(22)	(306)
Créditos líquidos (A, nota 8.1)	15 958	484	(86)	64	(38)	-	(60)	16 382
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	-	24	24	-
Custo do risco retalho	-	-	(86)	64	(38)	24	(36)	-
Outros								
Créditos são sem incobrados	708	(38)	-	-	-	-	-	670
Créditos são com incobrados	3	1	-	-	-	-	-	4
Créditos duvidosos	44	(1)	-	-	(1)	-	(1)	42
Créditos brutos	755	(38)	-	-	(1)	-	(1)	716
Depreciações dos créditos são com incobrados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação de créditos duvidosos	(30)	-	(4)	3	-	-	(1)	(31)
Depreciações	(30)	-	(4)	3	-	-	(1)	(31)
Créditos líquidos (B, nota 8.1)	725	(38)	(4)	3	(1)	-	(2)	685
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	-	1	1	-
Custo do risco outros	-	-	(4)	3	(1)	1	(1)	-
Redes								
Créditos são sem incobrados	5 556	150	-	-	-	-	-	5 706
Créditos duvidosos	21	18	-	-	(5)	-	(5)	34
Créditos brutos	5 577	168	-	-	(5)	-	(5)	5 740
Depreciação de créditos duvidosos	(13)	-	(7)	7	-	-	-	(13)
Depreciações	(13)	-	(7)	7	-	-	-	(13)
Créditos líquidos (C, nota 8.1)	5 564	168	(7)	7	(5)	-	(5)	5 727
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação de compromissos duvidosos	-	-	-	1	-	-	1	-
Custo do risco redes	-	-	(7)	8	(5)	-	(4)	-
Créditos total								
Créditos são sem incobrados	21 809	481	-	-	-	-	-	22 290
Créditos são com incobrados	408	5	-	-	-	-	-	413
Depósitos de garantia	(93)	20	-	-	-	-	-	(73)
Créditos duvidosos	450	108	-	-	(44)	-	(44)	514
Créditos brutos	22 574	614	-	-	(44)	-	(44)	23 144
Depreciações dos créditos são com incobrados	(50)	-	(20)	20	-	-	-	(50)
Depreciação de créditos duvidosos	(277)	-	(77)	54	-	-	(23)	(300)
Depreciações	(327)	-	(97)	74	-	-	(23)	(350)
Créditos líquidos	22 247	614	(97)	74	(44)	-	(67)	22 794
Recuperação sobre créditos amortizados	-	-	-	-	-	25	25	-
Depreciação de compromissos duvidosos	-	-	-	1	-	-	1	-
Total do custo do risco	-	-	(97)	75	(44)	25	(41)	-

Relativamente aos créditos submetidos a depreciação, o custo do risco aumentou de um montante dos juros recebidos, que ficam em juros sobre operações com o retalho.

30.1 Evolução do custo do risco

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Risco calculado (créditos são com incobrados)	(20)	(28)
Dotações por depreciações	20	33
Retomas de depreciações	-	-
Risco calculado (créditos duvidosos)	(77)	(71)
Dotações por depreciações	54	71
Retomas de depreciações	-	-
Compromissos duvidosos	-	-
Dotações por depreciações	1	-
Retomas de depreciações	-	-
Perdas sobre créditos irrecuperáveis	(44)	(56)
Recuperação sobre créditos amortizados	25	26
Custo do risco (1)	(41)	(25)

(1) Depois do exercício de 2004, o Banque PSA Finance constituiu uma base de dados históricos que permitem apreciar por um lado, para os créditos são que apresentam um incobrado, a probabilidade da sua passagem a créditos duvidosos (probabilidade de defeito), por outro lado, a taxa de perdas médias dos créditos duvidosos actualizados em taxas efectivas de crédito.

Em 2005, o afinamento das bases estatísticas permitiu por um lado reduzir as taxas de probabilidade de defeito e de perdas, por outro lado de aumentar as bases provisionais dos incobrados parciais.

Excepto estes impactos, a dotação líquida representativa da gestão corrente de recuperação elevava-se a - 52 milhões de euros.

Em 2006, no quadro de trabalhos para preparar a entrada do Banque PSA Finance no dispositivo Bale II de notação interna, novo processo de stocks dos históricos de créditos e de tratamento estatístico destes históricos entrou numa fase operacional nos os principais países (França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Portugal). As taxas de probabilidade de defeito e de perdas foram revistas, desta forma, à baixa, principalmente em França. Em consequência, uma retoma sobre a depreciação foi constatada nas contas à elevou-se a 26 milhões de euros.

Excepto estes impactos, a dotação líquida representativa da gestão corrente de recuperação teria sido elevada a - 67 milhões de euros sobre o exercício (correspondendo a 0,30% dos créditos médios) contra - 52 milhões de euros em 2005.

No que respeita à política de gestão do risco de crédito, reportar-se ao relatório de gestão (página 19).

Nota 31 - Imposto sobre os lucros do exercício

Os impostos sobre os lucros são entregues às administrações fiscais a título de exercício, em função das regras e das taxas de imposição em vigor nos diferentes países. Certas diferenças entre os resultados fiscais das sociedades e os resultados incluídos em consolidação dão lugar à constatação de impostos diferidos. Estas diferenças resultam principalmente das regras retidas para a contabilização das operações de locação financeira e de aluguer de longa duração, e das depreciações dos créditos duvidosos.

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Impostos correntes	(178)	(177)
Impostos diferidos	(31)	(26)
Total	(209)	(203)

Prova do imposto do grupo Banque PSA Finance

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
Resultado antes do imposto	603	608
Diferenças permanentes	4	14
Total tributável	607	622
Encargo de imposto teórico	(209)	(216)
Taxa teórica	34,433%	34,933%
Efeito das diferenças de taxas no estrangeiro	4	5
Efeito de variação de taxas	1	1
Reembolso do imposto seguido da sucursalização na Alemanha	-	3
Outros	(5)	4
Imposto real do grupo	(209)	(203)
Taxas efectivas	34,379%	32,727%

Activos sobre défices

(em milhões de euros)	31/12/2005	Novos Déficits Gerais	Utilizações de défices	Outros movimentos	31/12/2006
Impostos diferidos activos sobre déficits	46	1	-	-	47
Não reconhecidos na origem	(3)	-	-	-	(3)
Déficits fiscais depreciados	(33)	-	-	(3)	(36)
Total	10	1	-	(3)	8

Nota 32 - Informações por zona geográfica

32.1 Proveito líquido bancário

Europa fora de França	552	262
- da qual Alemanha	131	128
- da qual Espanha	97	119
- da qual Itália	63	65
- da qual Reino Unido	149	142
-Resto do mundo	30	19
Consolidado	962	933

32.2 Encargos gerais de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	(131)	(128)
Europa fora de França	(164)	(152)
- da qual Alemanha	(35)	(33)
- da qual Espanha	(27)	(25)
- da qual Itália	(22)	(20)
- da qual Reino Unido	(32)	(31)
-Resto do mundo	(9)	(8)
Consolidado	(304)	(288)

32.3 Custo do risco

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	-	10
Europa fora de França	(34)	(32)
- da qual Alemanha	(9)	(1)
- da qual Espanha	(10)	(6)
- da qual Itália	(2)	(10)
- da qual Reino Unido	(5)	(7)
-Resto do mundo	(7)	(3)
Consolidado	(41)	(25)

32.4 Resultado de exploração

(em milhões de euros)	31/12/2006	31/12/2005
França	242	228
Europa fora de França	348	371
- da qual Alemanha	84	91
- da qual Espanha	60	88
- da qual Itália	39	34
- da qual Reino Unido	111	104
-Resto do mundo	14	8
Consolidado	604	607

32.5 Principais postos do balanço

(em milhões de euros)	Total do balanço (1)		Empréstimos e créditos retalho		Refinanciamento (2)	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
França	11 903	11 496	8 421	8 127	19 716	18 964
Europa fora de França	14 821	14 822	14 045	13 927	2 640	3 188
- da qual Alemanha	3 484	3 451	3 112	3 099	1 004	1 006
- da qual Espanha	3 120	3 171	2 990	3 043	199	450
- da qual Itália	2 140	2 209	2 060	2 149	-	-
- da qual Reino Unido	3 022	3 009	2 741	2 650	460	1 288
-Resto do mundo	540	380	510	363	374	226
Consolidado	27 264	26 698	22 976	22 417	22 730	22 378

(1) Em relação às contas publicadas em 31 de Dezembro de 2005, os activos e os passivos de impostos diferidos, não compensados numa sociedade, foram compensados; o impacto sobre o total do balanço é de - 6 milhões em 31 de Dezembro de 2005.

(2) Os montantes do refinanciamento reagrupam as "Dívidas sobre os estabelecimentos de crédito" e as "Dívidas representadas por um título" das notas 15 e 17. Trata-se do refinanciamento externo do grupo, feito na sua maioria pelo Banque PSA Finance.